

# Economia em Debate

## nº 250

(20/04/2018)

***Economia em Debate*** é um instrumento para a reflexão das questões que envolvem a economia brasileira e mundial. Os textos selecionados e aqui publicados, com suas respectivas fontes e autores, não expressam necessariamente a opinião da UGT. Constituem, assim, fontes plurais e imprescindíveis que podem auxiliar na socialização de informações úteis e na compreensão de inúmeros problemas econômicos nacionais e internacionais que afetam toda a sociedade, em especial aos trabalhadores.



**Eduardo Rocha**  
**Economista da União Geral dos Trabalhadores (UGT)**

## **É preciso ajustar para crescer, diz Guardia**

**O Estado de S. Paulo - 20/04/2018**

O Brasil poderá crescer de 3,5% a 4% ao ano de forma sustentável, se houver avanço na pauta de reformas, disse o novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. O potencial de expansão está hoje perto de 2,5%, pelas estimativas do governo. O potencial define o crescimento possível durante um longo período sem desajustes graves, como pressões inflacionárias e problemas nas contas externas. A execução de ajustes e reformas, incluída a da Previdência, atende portanto a objetivos bem mais amplos que a arrumação das contas públicas, observou o ministro em uma entrevista coletiva ontem no Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Ministério da Fazenda mantém a projeção de 3% para o aumento do Produto Interno Bruto (PIB) neste ano e no próximo. Poderá rever as expectativas, se for o caso, admitiu o ministro. Os cálculos do mercado foram reduzidos nas últimas semanas e estão entre 2,7% e 2,8%. Mais importante que diferenças decimais, insistiu Guardia, é a verificação, neste momento, de uma tendência de crescimento firme e espalhada, com melhora dos indicadores de produção, de consumo privado e de investimento em capital produtivo.

O FMI, mais conservador que o mercado e o Ministério da Fazenda, estima 2,3% de avanço em 2018 e 2,5% em 2019, com estabilização em 2,2% a médio prazo por causa da baixa produtividade. Os novos números, melhores que os estimados até o fim do ano passado, foram divulgados nesta semana.

O governo reconhece como desafio importante o aumento da produtividade. Mas o aumento da capacidade para produzir dependerá, em primeiro lugar, da reparação das contas públicas, condição básica para a estabilidade econômica, para o aumento da poupança e para a expansão do investimento produtivo, argumentou o ministro da Fazenda

Para aumentar a eficiência da economia será preciso atuar em várias frentes, como a simplificação tributária. A planejada reforma do PIS/Cofins é parte importante dessa agenda. A complexidade do sistema “é custo Brasil na veia”, segundo Guardia. Esse tributo, acrescentou, é motivo de mais de 80% dos litígios no Carf, o comitê de análise de recursos contra cobranças tributárias. O projeto de mudança do PIS/Cofins ainda será submetido ao presidente da República, informou o ministro, antes de ser enviado ao Congresso.

As dificuldades de procedimento apenas para cumprir as obrigações tributárias, no Brasil, têm sido citadas em estudos comparativos de competitividade. O governo, informou Guardia, também estuda uma proposta de simplificação do principal tributo recolhido pelos Estados, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Mais investimentos. A atração do capital privado será essencial para a expansão do investimento produtivo, especialmente por causa da incapacidade financeira do governo. Esse esforço inclui novas licitações de áreas para exploração de petróleo e gás, no pré-sal, concessões de infraestrutura,

capitalização da Eletrobrás e privatização de suas distribuidoras. A capitalização da estatal, por meio da emissão de ações, poderá proporcionar o ingresso de R\$ 12 bilhões. Esse valor está inscrito numa conta de reserva, fora da programação de gastos de 2018.

O governo, segundo Guardia, também tentará resolver com a Petrobrás, até o fim do ano, o problema da capitalização de 2010. Se o acordo for concluído, poderá haver leilão de excedentes de petróleo, com perspectiva de mais investimentos e de receitas de concessão. O dinheiro, nesse caso, será poupado e transferido para o próximo governo, para ajudar no cumprimento da chamada regra de ouro das finanças públicas. Essa regra proíbe a contratação de dívidas pelo Tesouro para cobertura de gastos de custeio, como salários e outras despesas de manutenção do governo.

Autonomia. O ministro da Fazenda ainda citou outros projetos, como o da autonomia operacional do Banco Central, como importantes para a estabilidade e a segurança necessárias às decisões de investimento. Nada produzirá efeitos permanentes, no entanto, se houver interrupção dos ajustes e reformas. Ao contrário: os avanços acumulados até agora poderão perder-se.

Dirigentes do FMI vão além da defesa desse programa. É preciso aproveitar o crescimento, depois da longa recessão, para apressar as correções e mudanças necessárias e reforçar as condições de expansão econômica.

## **Governo é contra liberar FGTS** **O Estado de S. Paulo - 20/04/2018**

Aprovada em comissão da Câmara, a liberação do FGTS para o trabalhador que pedir demissão poderá drenar até R\$ 25 bilhões por ano do Fundo de Garantia, o que colocaria em risco sua sustentabilidade, diz o Ministério do Planejamento.

A liberação do FGTS para o trabalhador que pedir demissão poderá drenar de R\$ 23 bilhões a R\$ 25 bilhões por ano do Fundo de Garantia, colocando em risco sua sustentabilidade no médio prazo, segundo estudo do Ministério do Planejamento. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o ministro Esteves Colnago, disse que, diante desses dados, o governo é “obviamente contra” a liberação.

A proposta para liberar os recursos para quem pedir demissão foi aprovada em comissão do Senado na semana passada e tem grande potencial eleitoral, já que o rendimento do dinheiro depositado no FGTS é bem mais baixo do que as taxas de mercado. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), conseguiu ontem evitar que a proposta seguisse imediatamente para a Câmara dos Deputados e ela deverá ser analisada no plenário, pelos senadores.

O ministro descartou a adoção de medidas de olho na eleição. “Não tem o menor perigo de a gente caminhar para uma ação eleitoreira (na economia) como em anos anteriores.”

O levantamento ficou pronto na quarta-feira à noite e mostra que, em 2021, a disponibilidade do fundo já seria insuficiente para compor uma espécie de colchão de recursos que precisa ter para fazer frente aos futuros saques. Segundo a legislação, esse colchão precisa ter o equivalente à soma dos resgates dos três meses anteriores.

O ministro disse que só haveria possibilidade de dar aval à medida se não houvesse risco à sustentabilidade do FGTS. Como os cálculos mostram o contrário, o Planejamento se posicionou contrário à iniciativa.

A simulação considera o fluxo normal de pedidos de demissão e um cenário de investimentos em habitação, infraestrutura e saneamento com recursos do FGTS em torno de R\$ 81 bilhões ao ano. O impacto poderia ser maior, segundo o ministro, porque o cálculo não leva em conta o risco de a medida incentivar trabalhadores a pedirem demissão para resgatar a poupança acumulada durante a carreira.

“O número pode estar subestimado, porque não tenho como prever o comportamento das pessoas”, disse Colnago. Segundo o ministro, seria um risco a ser avaliado pelo trabalhador, que dependeria de boa empregabilidade para se recolocar.

O FGTS tem perto de R\$ 500 bilhões em ativos. Tirando o que é aplicado em investimentos, a disponibilidade é de R\$ 111,2 bilhões. A projeção do governo é de que ao fim de 2018 as disponibilidades do fundo cheguem a R\$ 117,53 bilhões, já mostrando reação após o saque de R\$ 44 bilhões de contas inativas, mesmo com a introdução da modalidade de rescisão por acordo (que permite ao trabalhador ter acesso a 80% do seu FGTS).

Entre 2016 e 2017, as disponibilidades caíram de R\$ 155,60 bilhões para R\$ 111,20 bilhões.

PIS/Pasep. O ministro disse que a liberação irrestrita dos saques do PIS/Pasep, para trabalhadores com vínculo ao fundo até 1988, não terá grande impacto sobre o BNDES, que terá de devolver recursos para viabilizar os resgates. Ao mesmo tempo, o banco negocia a antecipação de R\$ 100 bilhões ao Tesouro.

“A liquidez do BNDES para este ano está muito tranquila”, disse o ministro. Ele defendeu a liberação ampla dos saques do PIS/Pasep, hoje restritos a quem tem mais de 60 anos.

Em Washington, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, afirmou que o conjunto de medidas que o governo pretende adotar para a extensão da liberação de recursos do FGTS e PIS/Pasep para contribuintes não deve afetar a instituição.

## **Mudança tributária pode acelerar crescimento, diz Appy**

**Valor Econômico - 20/04/2018**

Mudanças na área tributária constam de uma agenda prioritária, seja com o objetivo de melhorar a eficiência da economia e acelerar a retomada da economia, seja com a adoção de mecanismos que evitem os grandes litígios. Essa é a síntese de ideias que foram discutidas ontem em evento sobre reforma tributária na Fundação Fernando Henrique Cardoso (FHC).

Bernard Appy, diretor do Centro de Cidadania Fiscal (CCiF), defende uma reforma tributária ampla. Para ele, uma reforma "fatiada" traz os mesmos custos políticos de uma reforma maior.

O atual sistema tributário, diz Appy, causa distorções na organização da estrutura produtiva e trata de forma diferente pessoas em mesma situação do ponto de vista econômico. Além disso, prejudica o sistema federativo do país, resultando num ambiente de "disputa fratricida" em vez de cooperativo.

O CCiF, destaca o economista, defende uma reforma tributária que inclui a substituição de cinco tributos - PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS - pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), que seria cobrado no modelo do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA). A agenda da reforma tributária melhora a eficiência da economia, diz ele, e pode gerar acréscimo anual de 0,5% a 1% no crescimento do PIB num horizonte de dez anos.

A proposta estabelece uma transição de dez anos para o contribuinte e 50 anos para os Estados, para a distribuição de recursos. Ao fim de dez anos, os cinco tributos são eliminados e a alíquota do IBS é determinada de forma a manter a atual carga tributária. A arrecadação do IBS seria centralizada, com crédito amplo, com incidência não cumulativa sobre bens e serviços, inclusive intangíveis. O ressarcimento de créditos tributários em situações como exportação, por exemplo, teria prazo de 60 dias.

O IBS teria alíquota uniforme, diz Appy. "O fato de um setor ser menos tributado hoje não é motivo suficiente para alíquota menor no IBS. A redução da alíquota para qualquer setor implica em alíquota mais elevada para os demais."

Objetivo do IBS, defende o economista, é arrecadar. "Outros objetivos de políticas públicas podem ser alcançados de forma mais eficiente por meio de outros instrumentos, como recursos orçamentários."

Para Everardo Maciel, sócio da Logos Consultoria e ex-secretário da Receita Federal, uma reforma tributária deve assumir caráter estratégico, focalizando problemas específicos e deve se conectar às mudanças do mundo contemporâneo. Para ele, devem ser priorizados os procedimentos tributários.

O sistema atual, avalia Everardo, tem "enfermidades tributárias". Entre as "enfermidades curáveis" estão o ICMS e o PIS/Cofins com suas disfunções,

além da discussão sobre a fronteira entre o ICMS e o ISS. Há, porém, diz ele, as "enfermidades tributárias graves", embora também curáveis, como os grandes litígios e as discussões conceituais, o burocratismo e o processo tributário atual.

Para as enfermidades graves, um dos caminhos, aponta o ex-secretário, é um novo modelo para a chamada execução fiscal. Na prática, a cobrança de tributos. Everardo defende uma execução de caráter estritamente administrativo, a cargo de um órgão especializado. O órgão, diz ele, poderia efetivar transações, parcelar dívidas, protestar títulos, penhorar bens e securitizar créditos, entre outros. Eventuais erros ou abusos do órgão, diz Everardo, não tiram a possibilidade de o contribuinte recorrer à Justiça.

Segundo Everardo, essa mudança demanda que duas propostas de emenda constitucional sobre processos tributários PEC 112 e PEC 57 - prosperem para que uma lei ordinária possa regular o assunto.

## **Parlamentares questionam juro em fundos constitucionais**

**Valor Econômico - 20/04/2018**

A medida provisória (MP) que cria uma fórmula para os juros cobrados pelos fundos constitucionais em empréstimos tem gerado divergências entre a equipe econômica e o Congresso. O principal questionamento se refere ao fato de o cálculo levar em conta, além de outros itens, a inflação, o que, na visão de alguns parlamentares, tornariam as taxas de juro imprevisíveis ao longo do tempo.

A MP 812 foi publicada pelo governo em dezembro e precisa ser aprovada até 1º de junho pelo Congresso para não perder a validade. Parlamentares discutiram o assunto nos últimos meses com membros da Fazenda e do Banco Central. A senadora Lúcia Vânia (PSB-GO), relatora revisora na comissão especial sobre o tema, diz que o "histórico da inflação" gera receios acerca da taxa. "Se houver qualquer descontrole inflacionário, a situação fica complicada", diz.

Para evitar juros altos em eventuais momentos de forte inflação, ela propõe estabelecer um "teto" para a taxa cobrada pelos fundos. Dentre as alternativas, o uso da Selic, ou um desconto aplicado a ela.

A equipe econômica tem defendido o texto da MP e minimiza o risco inflacionário dizendo que a estabilidade dos preços "veio para ficar". O governo ainda defende que os fundos constitucionais devem manter a missão de reduzir desigualdades regionais, dando respaldo a juros menores que os de mercado, mas que as taxas cobradas não podem ser "dissociadas" do restante da economia.

Na exposição de motivos enviada ao Congresso, o Executivo destaca que os fundos operam hoje no vermelho, com o déficit crescendo de R\$ 2,2 bilhões em

2007 para R\$ 7,5 bilhões em 2016, o que reforçaria a necessidade de taxas mais próximas às de mercado.

Ao fixar uma fórmula para os juros dos fundos, o texto tira a responsabilidade do Conselho Monetário Nacional definir as taxas. Pela proposta, passam a ser considerados o IPCA, a Taxa de Longo Prazo (TLP) e outras três variáveis: coeficiente de desenvolvimento da região (determinado pela renda per capita), fator de programa (considera a finalidade do projeto e dá desconto a operações de infraestrutura, por exemplo) e um bônus de adimplência (que diminui o valor para pagamentos em dia).

A falta de diferenciação de desenvolvimento dentro de cada região é outro ponto contestado pela senadora. No CentroOeste, por exemplo, onde a capital Brasília tem renda per capita mais alta, toda a região usará um mesmo coeficiente de desenvolvimento.

Análise similar já havia sido feita em 2006 por artigo de técnicos do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea). No estudo, foi constatado que os recursos dos fundos não se direcionam prioritariamente para os municípios de menor índice de desenvolvimento ou renda per capita.

Apesar disso, a senador diz ter ouvido da equipe econômica que não há hoje metodologia com periodicidade suficiente para medir o índice de desenvolvimento de cada município. Na proposta é usado o coeficiente calculado a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), do IBGE.

Os fundos constitucionais foram criados pela Constituição de 1988 para estimular o desenvolvimento de Norte, Nordeste e Centro-Oeste por meio de financiamento ao setor produtivo. As receitas correspondem a 3% da arrecadação federal com IPI e IR.

## **Analistas esperam IPCA-15 maior, mas abaixo da meta** **Valor Econômico - 20/04/2018**

A prévia da inflação oficial deve mostrar aceleração em abril, impulsionada principalmente pelos grupos de alimentação e habitação, projetam economistas. Ainda assim, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) seguirá abaixo da média histórica para meses de abril e a taxa acumulada em 12 meses deve completar o décimo mês seguido abaixo do piso do sistema de metas (3%).

A média das estimativas de 29 instituições financeiras e consultorias ouvidas pelo Valor Data aponta para uma alta de 0,24% no IPCA-15 em abril, após avanço de 0,10% em março. As projeções variam de 0,13% a 0,31%. Para a taxa acumulada em 12 meses, a média das previsões é de 2,84%. O IBGE divulga o indicador hoje.

Afora 2017, quando subiu apenas 0,21% em abril, a média de 2011 a 2016 do IPCA-15 para o mês é de alta de 0,71%.

A LCA Consultores projeta uma alta de 0,24% para o IPCA-15 em abril e de 2,84% em 12 meses. Segundo Fábio Romão, analista de inflação da consultoria, o grupo de alimentos e bebidas deve sair de uma deflação de 0,07% na prévia de março para alta de 0,16% em abril. Frutas, pescados e leite e derivados devem estar entre os produtos que ficaram mais caros. A alimentação fora do domicílio também tende a ficar mais pressionada, passando de 0,31% para 0,47% em abril.

O grupo de habitação deve passar de uma alta de 0,13% para 0,34%, pelas contas do economista, com destaque para energia elétrica (de 0,24% para 1,33%), devido aos reajustes anunciados pelas distribuidoras em várias capitais.

Prometem ainda acelerar em abril o grupo de vestuário (0,0% para 0,41%), devido à sazonalidade da entrada de nova coleção; transporte (0,07% para 0,11%), com menor impacto da deflação de passagens aéreas; além de saúde e cuidados pessoais (0,54% para 0,70%), por conta do ajuste sazonal dos produtos farmacêuticos, anunciado ao fim de março e com efeitos na inflação de abril a junho.

## **Logística custa R\$ 15,5 bi a mais em dois anos com infraestrutura precária e restrição urbana**

### **Valor Econômico - 20/04/2018**

A falta de investimentos relevantes na infraestrutura de transporte nas últimas décadas somada a um problema mais recente - a restrição à circulação e distribuição de carga em áreas urbanas - tem elevado os gastos com logística das empresas. A deterioração dos meios de distribuição da produção fez esse custo crescer de 11,73% do faturamento bruto das empresas em 2015 para 12,37% em 2017. É o que aponta a pesquisa Custos Logísticos no Brasil, da Fundação Dom Cabral (FDC).

Esse aumento de 0,64 ponto percentual representa um gasto extra de R\$ 15,5 bilhões no biênio, a preços de 2017, de acordo com a Fundação. O professor Paulo Resende, coordenador do Núcleo de Logística, Supply Chain e Infraestrutura da FDC e responsável pela pesquisa, considera o percentual de 12,37% elevado. Para efeito de comparação, ele cita o equivalente na China (10% do faturamento bruto das empresas, em média) e dos Estados Unidos (8,5%). "Com a diferença de que lá o custo que pesa não é o do transporte, mas o da armazenagem", diz.

Na estrutura de custos logísticos das empresas, o transporte de longa distância é o fator mais oneroso, representando 40,1% desse tipo de despesa, seguido pela distribuição urbana (23,4%) e pela estocagem (17,7%). O modal rodoviário mantém o domínio absoluto entre os meios escolhidos para circulação das mercadorias: mais de três quartos do total. Já o hidroviário ocupa a lanterna, com menos de 1%.



Segundo a pesquisa, os custos logísticos que mais aumentaram no ano passado foram os de distribuição urbana, seguros, burocracia e rastreamento e segurança. Esse dado foi apurado conforme a percepção dos entrevistados, que atribuíram notas a cada quesito. Esses itens tiveram nota entre 3 e 3,2 num total de 5 - sendo 1 o menor impacto e 5, o maior.

As medidas mais adotadas para reduzir o impacto dos custos têm sido a terceirização de frotas (3,9 pontos em 5), negociação de maior prazo para entrega e transferência do custo logístico para os clientes (ambas com 2,7 pontos).

De acordo com o levantamento, os fatores que mais pesam no custo da logística para as empresas hoje são a falta de estrutura de apoio nas estradas, as restrições de circulação de veículos de carga e a formação de mão de obra.

A forte participação do modal rodoviário é um dos principais responsáveis pelo aumento dessas despesas, explica Paulo Resende, da Dom Cabral. "Todas as pesquisas mostram que a malha rodoviária brasileira se deteriorou muito nos últimos anos, sobretudo aquela administrada pelo setor público", comenta. Os grandes caminhões trafegam por estradas ruins e, quando se aproximam dos centros urbanos, são obrigados a fazer o transbordo da carga, transferi-la para veículos menores para a distribuição urbana.

O transbordo em si já encarece a operação, mas o crescimento de restrições à circulação de carga pelos centros urbanos - criadas por conta dos congestionamentos - tem preocupado a indústria e o setor de transportes. Resende acredita que, em pouco tempo, essas restrições possam deixar de ser um problema exclusivamente de tráfego e se transformar em uma questão de abastecimento.

A restrição a veículos de cargas, adotada inicialmente por São Paulo há uma década, já vigora em todas as dez maiores regiões metropolitanas do país e começa a entrar também no radar das cidades médias, como Mossoró, de 300 mil habitantes, no Rio Grande do Norte. De acordo com Resende, cerca de 200 cidades de porte médio adotam a medida por questões ligadas à qualidade de vida. Figuram nesse rol as capitais Boa Vista (Roraima) e Macapá (Amapá), além das capixabas Cariacica, Cachoeiro do Itapemirim e Guarapari, a mineira Araxá e as paulistas Bauru, Cubatão e Diadema.

O problema da segurança também incomoda as empresas. O risco da carga é um item cada vez mais constante nas planilhas de custos de transporte. Ainda sem uma média do setor, Resende afirma que o custo do frete para o Rio de Janeiro, no eixo da Avenida Brasil, por exemplo, principal entrada da cidade, subiu 30% desde o ano passado por conta do aumento dos roubos de carga e dos riscos para os transportadores.

Para Resende, é preocupante o fato de que o custo logístico ficou proporcionalmente maior em um período de crise. Ele acredita que essa estrutura de custo só vai mudar no médio prazo com o crescimento da malha

ferroviária, principalmente para atender o agronegócio, e com novas concessões de rodovias, especialmente na região Sul do país, onde há uma malha em condições mais propícias para ser explorada pelo setor privado.

Os investimentos em melhoria da infraestrutura rodoviária beneficiariam principalmente os setores de alimentos e bebidas, têxteis, vestuário e calçados, além de alguns polos da indústria de bens de capital, na avaliação de Resende.

Os segmentos da economia com menor impacto da logística sobre o custo são o farmacêutico (média de 4,7% do faturamento bruto), o de bens de capital (5%), a indústria automobilística (5,1%) e a eletroeletrônica (6,1%). Já nos segmentos da construção (18%), do agronegócio (20,7%), de papel e celulose (21,7%) e mineração (26,1%), o peso é maior.

A pesquisa da FDC reuniu 130 empresas de 13 segmentos, que representam 15,4% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (a preços de mercado de 2017).

## **Medida marca nova abertura do setor Valor Econômico - 20/04/2018**

O programa de desinvestimentos da Petrobras na área de refino marca um novo ciclo de abertura do mercado brasileiro. Segundo especialistas consultados pelo Valor, o principal desafio da estatal será vencer a desconfiança dos investidores em relação ao passado de controle de preços no Brasil.

A iniciativa privada passou por idas e vindas no país ao longo da história. O anúncio da venda de ativos da Petrobras acontece, aliás, no mês em que a nacionalização do refino, que ainda na era Getúlio Vargas afugentou os investidores estrangeiros do país, completa 80 anos. Hoje, apenas 1% da capacidade de refino nacional está nas mãos de empresas privadas.

O consultor João Carlos de Luca, que foi presidente da Repsol YPF no Brasil, último grande investidor privado no parque de refino nacional, explica que a política de controle de preços no governo PT foi o motivo pelo qual a hispano-argentina resolveu sair do país. A companhia era sócia da Petrobras na Refap (RS), mas resolveu vender em 2010 sua fatia de 30% no ativo.

"Nossa principal recomendação [para o sucesso da venda de ativos da Petrobras] é garantir a liberdade de preços", afirmou.

Diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo (ANP), Décio Oddone destaca que a lei garante preços livres no país desde 1997. "Não é por falta de lei [que o Brasil não atrai investimentos], e sim por falta de confiança e de prática [de liberdade de preços]", afirmou.

Consultor da Datagro e um dos membros do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), Plínio Nastari acredita, por outro lado, que a venda do

controle das quatro refinarias anunciadas pela Petrobras funcionará como uma espécie de "vacina" contra a volta da intervenção de preços no país.

"Se há controle por uma empresa privada, fica mais difícil o sócio [a Petrobras, controlada pela União] querer interferir em preços", afirmou Nastari.

O presidente da Petrobras, Pedro Parente, reconhece que atrelar os preços da empresa à cotação internacional do petróleo é "peça-chave" para atrair investidores.

"Temos que mostrar que o país está convicto sobre a política de preços [da Petrobras], porque é uma variável fundamental, peça-chave [para atrair investimentos]. A empresa não tem outro caminho. Sem ela [atual política de preços], ou a companhia toma prejuízo ou perde 'market share'", disse.

Adriano Pires, diretor do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), diz que as grandes petroleiras estrangeiras têm, em geral, reduzido sua atuação no mercado mundial de refino, mas que os ativos da Petrobras têm potencial para atrair comercializadoras (tradings). Nos últimos anos, elas aumentaram a presença no país, de olho na importação de combustíveis.

O potencial do mercado nacional de derivados, o sétimo maior do mundo e que tem previsão de crescimento de 1,8% ao ano até 2030, segundo a Petrobras, é apontado como um atrativo.

"Não há lugar no mundo melhor que no Brasil [para investimentos em refino]... Estamos exportando 1 milhão de barris/dia de óleo cru e importando 600 mil barris/dia de derivados", disse o secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix.

Para o Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) existem desafios a serem enfrentados, para possibilitar a atração de investidores. Um deles é a necessidade de uma revisão "pontual" do regime tributário, de forma a reduzir a evasão fiscal no país. Outro é que a regulação sobre o livre acesso às instalações ociosas garanta os direitos do proprietário, além de respeito aos contratos.

Outro desafio para o modelo de parcerias em refino será o processo eleitoral este ano.

## **Presidente do BC relativiza risco de guerra comercial** **Valor Econômico - 20/04/2018**

O tema de uma eventual guerra comercial entre Estados Unidos e China dominou os debates no encontro de primavera do Fundo Monetário Internacional (FMI). O presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, que participa do evento em Washington, procurou relativizar o risco, quando questionado sobre o assunto em entrevista à uma emissora de televisão americana.

Segundo Ilan, "ninguém sai ganhando em um cenário de guerra comercial". O comandante da autoridade monetária brasileira disse à "Bloomberg TV" confiar em uma solução negociada entre as duas maiores potências econômicas mundiais. "Não estamos em guerra comercial e sim em uma fase de negociações", ponderou, antes de acrescentar que "há uma grande crença de que, no fim do dia, as negociações vão levar a um acordo entre China e Estados Unidos".

Sobre a possibilidade de o comércio entre Brasil e China ser fortalecido se o embate de tarifas entre americanos e chineses ganhar escala, Ilan não respondeu diretamente. Ponderou apenas que "o comércio já está forte com a China, que é nosso primeiro mercado internacional".

O presidente do Banco Central mostrou um discurso alinhado ao do ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, que também participa do evento do FMI, em Washington. Em entrevista à rede "CNBC", Guardia afirmou que o Brasil é contra a escalada do protecionismo global. "O Brasil quer se tornar uma economia mais aberta", ponderou. Conforme o ministro, "protecionismo não é algo de que nós gostamos".

Ao analisar os atuais riscos ao cenário global, além da possibilidade de uma guerra comercial e do aumento do protecionismo, o presidente do Banco Central citou a preocupação com a possibilidade de a inflação subir acima do esperado e, com isso, levar a um ritmo mais forte de normalização na política monetária nos países de economia avançada, em particular pelo Federal Reserve (Fed, o banco central americano).

Ilan, no entanto, mencionou a boa comunicação sobre essa normalização da política monetária em países desenvolvidos como um fator de estabilidade. Essa postura dos bancos centrais globais ajuda a manter as expectativas mais controladas e as ações das autoridades mais previsíveis.

O chefe da autoridade brasileira reiterou também o bom momento pelo qual passam as economias globais e lembrou que o cenário atual é de continuidade do crescimento. "A recuperação está disseminada pelo mundo e até o Japão, que durante décadas permaneceu com a economia estacionada, já apresenta sinais de avanço na atividade", disse Ilan.

Apesar de enxergar o cenário internacional como benigno, o principal risco externo monitorado pela equipe do BC é justamente a possibilidade de o Fed acelerar o ritmo do aperto.

Na hipótese de o banco central americano ser obrigado a aumentar a frequência ou a intensidade das elevações de juros, Ilan prevê um momento de turbulências. "Teríamos menos fluxo de capital, prêmios de risco maiores, reversão de fluxo para emergente e mais volatilidade. E precisamos estar preparados para esse cenário", afirmou.

Se houver uma surpresa no cenário internacional, o BC, de acordo com Ilan, está pronto para agir. "O Brasil tem colchões de proteção, temos grande reservas internacionais. [Se preciso] vamos oferecer tranquilidade aos mercados." O chefe da autoridade acrescentou ainda que o BC reduziu o estoque de swaps cambiais e pode usar instrumentos para intervir no câmbio em momentos de volatilidade.

Questionado sobre a tendência de a inflação manter-se em baixa no Brasil pelos próximos anos, o presidente do Banco Central afirmou que "inflação baixa é um bom problema e o Brasil trabalhou duro para ter uma inflação de país desenvolvido".

Segundo Ilan, a instituição não tem dificuldade em fazer a inflação subir em direção à meta. "Com a inflação abaixo da meta temos espaço para estimular a economia", comentou. Sobre possíveis impactos sobre preços da variação cambial, o comandante da política monetária disse não haver "nada de especial" e que esse é apenas um dos fatores que influencia a inflação. O presidente do BC apontou a capacidade ociosa existente na economia, a forte queda na inflação de alimentos e o efeito inercial como fatores que ajudam a manter baixa a pressão de reajustes.

O chefe da autoridade monetária comentou ainda que o Brasil tem apresentado recuperação gradual, com previsão de crescer entre 2,5% e 3% este ano. Segundo ele, há riscos simétricos de alta e de baixa para a economia.

O país precisa continuar no caminho de reformas, incluindo a da Previdência, que foi adiada para depois das eleições, e consolidar conquistas, como inflação e juros baixos, além dar sustentabilidade ao crescimento.

Ilan também falou sobre a autonomia do BC. Segundo ele, a autoridade brasileira tem independência "de fato", mas o governo deve enviar em breve ao Congresso um projeto de lei que a transforma em uma independência "de direito". Mas é preciso esperar para ver a votação, afirmou.

## **FGTS para crédito consignado corre risco de não deslançar**

**O Globo - 20/04/2018**

Uma das medidas com as quais o governo conta para estimular a economia — o uso dos recursos do FGTS como garantia do crédito consignado para os trabalhadores do setor privado — pode não sair do papel. Isso porque a área jurídica do Ministério do Trabalho entende que é ilegal fazer o bloqueio de parte do saldo da conta vinculada, como os bancos querem, porque o Fundo é impenhorável, diferentemente da multa de 40% nas demissões sem justa causa.

Atualmente, os trabalhadores podem oferecer como garantia do crédito consignado 10% do saldo da conta e a totalidade da multa de 40% (sobre o

saldo do FGTS nas demissões sem justa causa). O problema é que só a multa é bloqueada automaticamente na rescisão contratual para pagar a dívida do tomador com o banco. Se o valor não for suficiente e o trabalhador não tiver saldo na conta para cobrir o restante, porque sacou os recursos por algum motivo, o banco pode levar calote.

Esse é um dos motivos pelos quais esse tipo de modalidade de crédito não deslanchou, embora tenha sido regulamentada pelo Conselho Curador do FGTS e pela Caixa Econômica Federal no início de 2017. Para bloquear os 10% do saldo, é preciso alterar a lei que criou o FGTS, segundo conselheiros.

Injeção de até R\$ 18 bi

O entendimento é que, mesmo assim, a medida poderia gerar questionamento, devido às próprias características do FGTS, como, por exemplo, a de estimular o setor da habitação ao permitir saques para compra da casa própria. Os recursos também podem ser retirados em caso de doenças graves e aposentadoria.

Para o Conselho Curador, a permissão para dar como garantia toda a multa de 40% já é suficiente porque ela incide sobre o saldo total do trabalhador, sem contar os saques pelos motivos listados em lei. Segundo projeções oficiais, o consignado garantido pelo FGTS tem potencial para injetar na economia até R\$ 18 bilhões.

## **Plano de saúde sobe 4 vezes a inflação**

**O Globo - 20/04/2018**

Com base nas regras atuais de reajuste, fontes envolvidas no cálculo dizem que o aumento nos planos de saúde individuais ou familiares será de 13% este ano, o equivalente a quatro vezes a inflação prevista para 2018, de 3,48%. Trata-se do quarto ano seguido de alta na faixa de dois dígitos. O índice oficial será anunciado em maio pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e deve afetar pouco mais de 9 milhões de pessoas. A expectativa é que os contratos coletivos, que não são regulados e abrangem mais de 31 milhões de beneficiários, tenham reajuste ainda maior. A ANS discutia uma nova fórmula de cálculo para os planos individuais, que resultaria em aumento menor, mas a proposta foi rejeitada.

O índice de reajuste de planos de saúde individuais ou familiares só deve ser divulgado em maio pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), mas, com base na regra atual, fontes envolvidas no cálculo dizem que o aumento será de 13%, percentual semelhante ao de 2017. Será o quarto ano de reajuste nesse patamar, afetando um universo de pouco mais de 9 milhões de usuários. O setor teme a reação dos consumidores frente a um novo aumento de dois dígitos, equivalente a quatro vezes o índice de inflação. O IPCA, usado na meta do governo, foi de 2,95% em 2017, e as projeções para este ano são de 3,48%, segundo o boletim Focus, do Banco Central.

Analistas destacam que, além de lidar com o reajuste muito acima da inflação, o usuário dificilmente consegue encontrar alternativa na mesma categoria de plano de saúde. As operadoras reduziram a oferta de contratos individuais, que têm reajuste regulado, e se concentram nos coletivos, nos quais não há limite para aumentos. A expectativa é que a alta este ano seja ainda maior nos planos coletivos. No ano passado, aqueles com até 30 pessoas subiram entre 20% e 30%. A maior parte dos beneficiários — mais de 30 milhões — está nos planos empresariais coletivos, que representam 80% do mercado, e amargaram reajustes de até 40%.

— Teremos a inflação mais baixa dos últimos 20 anos, em torno dos 3%, e um reajuste na casa de dois dígitos. Nossa luta é informar melhor o nosso consumidor para o reajuste poder ser compreendido — disse João Alceu Amoroso Lima, presidente da Comissão de Comunicação da FenaSaúde, na abertura do 2º Encontro de Comunicação da Saúde Suplementar, na quarta-feira.

‘Critérios nunca foram transparentes’

Para Marilena Lazzarini, presidente do Conselho Diretor do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), o setor parece não entender o cenário econômico:

— O país está vivendo uma crise, e todos os setores diminuíram as suas receitas, mas a saúde suplementar quer continuar crescendo. As empresas querem crescer vendendo “planinhos” e comparando o consumidor a carros, como faziam antes da lei de planos de saúde, há 20 anos — diz Marilena, referindo-se à adoção do modelo de franquia pelos planos.

José Cechin, diretor executivo da FenaSaúde, ressalta que os reajustes elevados não são bons para as empresas. Segundo ele, se o consumidor tem dificuldade para arcar com a mensalidade, quem deixa o plano, num primeiro momento, é o beneficiário sadio. Ou seja, fica quem precisa de tratamento, o que eleva os custos da operadora. Cechin afirma que, para mudar o quadro, pesam vários fatores, inclusive o comportamento do usuário:

— O consumidor precisa entender, por exemplo, que nem sempre fazer exames é bom. E aprender a perguntar ao médico porque repeti-los. É preciso mudar a forma de remuneração dos hospitais, para que se garanta valor sem estimular o desperdício. E ainda temos a questão dos materiais: há casos de aumentos que correspondem a dez vezes o IPCA.

Na avaliação de Ligia Bahia, especialista no setor de saúde e professora da UFRJ, o modelo de reajuste das operadoras nunca ficou claro para o consumidor.

— Os critérios de reajuste nunca foram transparentes. E, nos últimos anos, esse percentual tem ficado sempre muito acima da inflação. O mais incompreensível é que, neste momento, eles vão totalmente contra as tendências de desinflação e queda de juros, mantendo-se como um serviço

que pressiona a inflação para cima. Isso é muito preocupante, porque temos uma população com a renda ainda muito fragilizada pelo desemprego e uma população que envelhece — afirma Ligia.

#### Diretoria da ANS rejeitou novo cálculo

A fisioterapeuta Patricia Achao, de 50 anos, ilustra a tendência citada por Cechin. Os aumentos sucessivos fizeram com que ela saísse do plano de saúde:

— Tinha esse plano há 20 anos, mas começou a ficar muito caro. Decidi passar a titularidade para o meu filho mais velho, deixando a caçula como dependente. Este período do ano em que ocorrem os aumentos me deixa muito apreensiva. Nunca se sabe se continuará valendo o investimento.

Desde o último aumento, no ano passado, a ANS trabalhava em uma nova fórmula de cálculo para o reajuste nos planos individuais. A meta era dar mais transparência e previsibilidade ao índice. De três em três meses, o consumidor poderia verificar a tendência de reajuste. Apresentado em março à diretoria colegiada da agência, o novo modelo garantiria ainda um reajuste menor este ano. No entanto, foi rejeitado pela maioria dos diretores.

A proposta de mudança de modelo coincide com a divulgação do relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) que identificou falhas na definição de tetos de reajuste para a ANS e determinou que a reguladora faça mudanças para melhorar o controle e evitar aumentos abusivos.

— O relatório do TCU reforça o que o Idec e outras entidades dizem há anos, que a ANS não vem atuando como deveria no controle dos reajustes. Esse cálculo ainda é uma caixa-preta. O que o Tribunal mostra é que falta zelo e fiscalização nos índices dos reajustes dos planos coletivos, que são uma parte importante da formulação do percentual de aumentos dos individuais — afirma Marilena.

Fontes do setor dizem ainda que as empresas temem que, em ano eleitoral, o Legislativo apresente alguma regulação que vincule o reajuste dos planos de saúde a um índice como o IPCA, por exemplo. O que, segundo um executivo do setor, inviabilizaria as empresas.

Para Reinaldo Camargo Scheibe, presidente da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge), mudar o cenário atual de custos demandará um esforço conjunto do governo, das operadoras, da ANS e dos prestadores de serviço:

— Falta uma política de gestão de saúde no Brasil. E não se pode pensar em separado saúde suplementar e pública, até porque precisamos pensar e gerir de melhor maneira os recursos disponíveis.

Ligia também avalia que o setor de saúde precisa passar por mudanças na regulação:



— Tem sido um processo pouco regulamentado, e regulamentado desfavoravelmente ao consumidor. Mas não é só a ANS. O Ministério da Fazenda também participa desse debate. Mas há muita pressão das empresas. Elas quase determinam esses reajustes. E dizem que é insuficiente. Que não vendem plano individual porque esse aumento é insuficiente.

Procurada, a ANS não comentou o reajuste nem as críticas ao modelo.

## **Transferência imediata**

### **Correio Braziliense - 20/04/2018**

O Banco Central (BC) estuda facilitar transferências de valores entre contas bancárias. A intenção é criar um sistema mais ágil do que a atual Transferência Eletrônica Disponível (TED) e o Documento de Crédito (DOC). O repasse seria instantâneo e sem restrição de horário, ou seja, o destinatário receberia o valor imediatamente, inclusive nos fins de semana, o que não ocorre atualmente. Com a medida, a autoridade monetária busca reduzir a circulação de dinheiro em espécie e diminuir tarifas.

O modelo já existe em outros países, segundo especialistas. Para o consultor financeiro pessoal Rogério Olegário, a medida é benéfica. “Será uma facilidade para quem recebe. Se você está no vermelho, precisando de dinheiro, não precisará esperar até o dia seguinte para preencher a conta”, explicou. “É uma boa iniciativa. Estranho que não tenha sido tomada antes.”

A bióloga Amarilys Dantas Bezerra, 29 anos, disse que o sistema deve facilitar a movimentação das contas bancárias. “O DOC, e mesmo a TED, demoram muito para entrar. Sempre fico esperando até o dia seguinte”, criticou. Para ela, a alteração vai melhorar as formas de comércio e diminuir a impressão de papel moeda. “O meio ambiente agradece”, ressaltou.

O estudante Jesus Ariel Menezes, 19, frequentemente precisa transferir dinheiro para a sogra e acha o processo complicado. “Nós ficaremos até mais protegidos, porque não vamos precisar carregar dinheiro”, disse. “Normalmente, ela precisa do dinheiro no momento, mas o valor só entra na conta dela no dia seguinte”, acrescentou.

Reinaldo Domingos, presidente da Associação Brasileira dos Educadores Financeiros (Abefin), alertou, porém, quanto a fraudes. “A medida pode ser benéfica, mas é muito importante que a regulamentação exija um lastro e documentação para garantir a rastreabilidade do dinheiro”, apontou.

O Banco Central analisa a medida com a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (Abecs) e a Federação Brasileira de Bancos (Febraban). A iniciativa faz parte da Agenda BC+. “Os estudos estão em fase preliminar e os resultados devem ser apresentados para apreciação da diretoria colegiada do BC apenas no segundo semestre”, informou a autoridade monetária.

## **Grandes empresas apostam alto em startups**

### **Correio Braziliense - 20/04/2018**

Cada vez mais as grandes empresas percebem que a aproximação com as startups pode ser um grande negócio. Só nos cinco últimos meses, foram lançados dois grandes projetos — o Órbi e o inovaBra — e há muitos outros em gestação.

Bancos, companhias do setor de construção, mobilidade e seguros estão entre aqueles que decidiram investir em estruturas para fazer parte desse novo ecossistema de negócios. Seja por meio de aportes de capital (a chamada aceleração) ou a criação de espaços de compartilhamento de demandas e geração de ideias, corporações como Itaú, Bradesco, Banco Inter, MRV, Porto Seguro e Localiza apostam alto nas startups.

Uma das investidas mais recentes na parceria entre empresas e startups é o Órbi Conecta (<http://www.orbi.co/>), em Belo Horizonte, que surgiu da união de forças da MRV, Banco Inter e Localiza. O espaço foi inaugurado há cinco meses e, segundo Anna Martins, diretora executiva, tem como proposta a conexão entre grandes empresas e startups.

O projeto surgiu depois de um representante do San Pedro Valley, comunidade de startups da capital mineira, procurar o Banco Inter sugerindo que houvesse algum tipo de solução para que essas pequenas empresas também usassem as vantagens da conta digital, sem tarifas, que na época era oferecida apenas aos clientes pessoa física.

Para as empresas iniciantes, diz Anna, toda economia é bem-vinda, inclusive nas despesas com bancos. Cerca de 200 startups foram então à instituição financeira apresentar suas demandas. “O banco achou interessante aquela interação e percebeu que não precisaria criar um hub para juntar as startups. Elas já estavam interagindo com o banco e desenvolvendo inovações”, lembra a diretora do Órbi.

A relação se estreitou e João Vitor Menin, presidente do banco, percebeu, depois de ver alguns projetos em São Paulo, que também poderia investir no segmento. Depois de conversar com a MRV e a Localiza, surgiu o Órbi, um espaço de conexão entre as startups e as empresas – tanto as patrocinadoras do projeto quanto aquelas que queiram contratar serviços por demanda.

Atualmente, há 12 startups no espaço, mas as interações também acontecem no ambiente virtual. Segundo Anna, a ideia é que outras empresas se interessem em patrocinar o projeto para desenvolver soluções para seus negócios, assim como o Banco Inter fez com a startup Beer or Coffee, que aglutina cerca de 400 espaços de coworking no país e oferece aos clientes a possibilidade de pagar uma tarifa única para que usem qualquer um deles. Até agora, segundo Anna, cerca de 450 empresas passaram pelo Órbi e 15 contratos já foram assinados entre as companhias e as startups.

## Curadoria

O Bradesco é outro exemplo de grande grupo que decidiu estreitar a relação com as startups e agregou ao seu projeto universidades, investidores, grandes corporações e os seus principais parceiros tecnológicos. Em fevereiro, o banco lançou em São Paulo o inovaBra habitat ([www.inovabra.com.br](http://www.inovabra.com.br)), espaço de 22 mil metros quadrados dedicado à geração de negócios de alto impacto baseados em tecnologias digitais disruptivas, como Blockchain, Big Data e Algoritmos, Internet das Coisas, Inteligência Artificial, Open API e Plataformas Digitais. A ideia é ter um ambiente de conexão de pessoas e corporações, tanto para o desenvolvimento de soluções quanto para investidores em busca de bons projetos.

Além de servir de espaço de coworking, o inovaBra oferece o apoio de curadoria especializada, incluindo a integração entre demanda, tecnologia e recursos financeiros, com o objetivo de incentivar a inovação. Por enquanto o lugar é ocupado por 600 “habitantes”, como são chamados os parceiros.

Paralelamente, o Bradesco inaugurou recentemente o inovaBra lab, um laboratório colaborativo com o objetivo de acelerar o desenvolvimento de inovações do banco em conjunto com parceiros de tecnologia. O espaço abrigará experimentações que surgirem no inovaBra habitat.

Fernando Freitas, superintendente executivo do Departamento de Inovação do Bradesco, explica que a relação entre empresas e startups ajuda a complementar a oferta de produtos e serviços para os clientes. “O banco não teria como fazer uma série de desenvolvimentos porque simplesmente não é o nosso negócio, por isso a importância de estreitar a relação com quem produz esse tipo de conhecimento”, diz.

Algumas dessas soluções já estão em prática no Bradesco. Uma delas, desenvolvida pela startup Qranio, permitiu criar uma plataforma de treinamento dos funcionários. Outra, a MEI Fácil, que ajuda na forma formalização e no dia a dia administrativos dos microempreendedores individuais, serviu para que a instituição financeira se aproximasse desse nicho.

Além do inovaBra habitat e o inovaBra lab, a instituição financeira conta com um fundo de R\$ 100 milhões para acelerar startups, que pode receber aportes entre R\$ 1 milhão e R\$ 5 milhões, com o teto de R\$ 20 milhões. Por enquanto foram desembolsados, segundo Freitas, 20% desse total, mas nos próximos dois meses serão investidos mais 70% na participação em startups.

O Cubo (<https://cubo.network/>), do Itaú, foi um dos primeiros espaços a oferecer um ambiente favorável a startups. Inaugurado em 2015, em São Paulo, o lugar conta hoje com 55 startups residentes (juntas, elas faturam cerca de R\$ 200 milhões) que já receberam mais de R\$ 150 milhões em investimentos. Além de abrigar negócios promissores, o Cubo realiza pelo menos três eventos por dia para o debate de ideias e troca de informações. Desde a inauguração, o espaço já recebeu 65 mil pessoas.

Diretor de tecnologia do Itaú e responsável pelo Cubo, Lineu Andrade conta que no segundo semestre o projeto passará a ocupar um novo endereço, quatro vezes maior que o atual, numa área de 20 mil metros quadrados. “Queríamos criar um hub de empreendedorismo, que reunisse universidades, empreendedores e grandes corporações. Temos startups atuando nas áreas de varejo, inteligência artificial, RH, agribusiness, saúde e fintechs. É a oportunidade para que as empresas conheçam novas soluções de forma antecipada”, afirma.

Flavio Pripas, diretor do Cubo Itaú, acredita que o espaço garante a possibilidade de geração de valor tanto para as empresas que buscam soluções quanto para as startups. “Nossa vocação é fazer as conexões entre aqueles que precisam e buscam inovações digitais e aqueles que as desenvolvem”, resume.

### Psicologia em vídeo

Na Porto Seguro, o relacionamento com as startups fica debaixo do guarda-chuva da Oxigênio (<https://oxigenioaceleradora.com.br/>). Segundo Maurício Martinez, gerente da área, o espaço de 1,3 mil metros quadrados, em São Paulo, já fez nascer produtos e serviços que estão sendo usados pela companhia. Um deles é o atendimento psicológico por vídeo, que começou sendo oferecido aos funcionários da seguradora e passará a fazer parte das opções de atendimento aos clientes da área de seguro-saúde.

“Esse tipo de investimento é importante para as grandes empresas porque dá agilidade ao desenvolvimento de soluções. Oferecemos uma espécie de padrinho, que é um executivo de nível mais alto, que acompanha a empresa por três meses. Depois dessa mentoria, existe a possibilidade de um representante da startup passar mais três meses no Vale do Silício (no estado americano da Califórnia)”, detalha Martinez.

Além da mentoria, as startups selecionadas, dependendo do programa do qual fazem parte, recebem aportes da Oxigênio, que pode chegar a R\$ 600 mil no ano. Até agora, 29 startups já passaram pelo programa da Porto Seguro.

Carol Morandini, executiva de startups e desenvolvimento de negócios da Telefônica, conta que a companhia atua em várias frentes. Além de fazer aportes para ter uma participação de até 7% nos negócios, a empresa tem dentro da Telefônica Open Future (<https://www.openfuture.org/pt/space/wayra-sao-paulo>) um programa que contrata consultorias e oferece mentorias e treinamentos em diversas áreas, como marketing digital e vendas, além de rodadas com investidores. “Essa aproximação com as startups é importante para o ambiente de negócios. Quem não inova perde mercado ou simplesmente desaparece”, afirma Carol.

## **213 mil consumidores cariocas quitaram as dívidas com lojistas**

**DCI - 20/04/2018**

O número de consumidores que saldaram seus débitos com os lojistas cariocas e voltaram a ter crédito aumentou no primeiro trimestre. Dados do Centro de Estudos do Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro (CDLRio), revelam que mais de 213 mil consumidores regularizaram suas dívidas, 0,3% mais que no mesmo período do ano passado.

O estudo mostra também que as consultas (índice que indica o movimento do comércio) ao SCPC ultrapassaram a marca de dois milhões e 250 mil, menos 5,9% em relação ao mesmo período de 2017.

De acordo com o presidente do CDLRio, Aldo Gonçalves, o estudo traz uma boa e uma má notícia. “A positiva é o número de consumidores que saldaram seus débitos com os lojistas. O ponto negativo é o número de consultas, que registrou um recuo de 5,9%, o que revela que as pessoas demonstraram menos disposição para as compras no 1º trimestre”

Com relação ao uso do cheque, mais de oito mil foram devolvidos no comércio do Rio de Janeiro no período, 0,9% a mais que um ano antes. Foram 328 mil consultas sobre uso de cheque (- 6,9%).

## **Brasil precisa continuar reformas, diz chefe do FMI**

**DCI - 20/04/2018**

A diretora gerente do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, disse ontem (19), que o Brasil voltou a crescer, mas ainda é preciso avançar nas reformas econômicas. Segundo ela, o crescimento “é provável consequência de algumas das reformas-chave que foram levadas adiante, mas não todas ainda, ainda há mais por vir”. Segundo ela, dado o ônus da dívida no país, “é tempo de fazer uma consolidação fiscal que continue a encorajar o processo.

## **PLDO prevê alta de renúncia fiscal em incentivos a principais setores e folha**

**DCI - 20/04/2018**

O Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2019 prevê avanço nos gastos tributários com a desoneração de folha de pagamentos e incentivos aos principais setores da economia até 2021.

Apesar da tentativa do governo federal de aprovar a reoneração da folha no Congresso Nacional, o documento orçamentário ainda prevê renúncia fiscal de R\$ 15 bilhões no próximo ano com o benefício concedido a partir de 2012 e 2013, e gastos de R\$ 16,1 bilhões em 2020 e de mais R\$ 17,3 bilhões, em

2021, o que significaria um aumento de 13% em três anos, em termos nominais.

Além da folha, os dispêndios tributários com os setores de comércio e serviços estão avaliados em R\$ 86 bilhões para 2019. Já para os dois anos seguintes, o governo projeta despesas de R\$ 92 bilhões e R\$ 96 bilhões, respectivamente (2020,2021).

Já na indústria, espera-se renúncia fiscal de R\$ 35,8 bilhões em 2019 e de R\$ 38,4 bilhões em 2020, porém, em 2021, esse gasto deve recuar para R\$ 35,4 bilhões.

O Simples Nacional e os benefícios da Zona Franca de Manaus são algumas das maiores renúncias referentes aos principais segmentos. Em relação ao Simples, o gasto tributário calculado pelo governo federal na PLDO deve chegar a R\$ 67,3 bilhões em 2019; a R\$ 71,9 bilhões em 2020 e a R\$ 76,8 bilhões em 2021. Já na indústria, esses valores, para os mesmos anos, são: R\$ 19,2 bilhões, R\$ 20,6 bilhões e R\$ 22 bilhões.

Na avaliação do coordenador do curso de administração do Instituto Mauá de Tecnologia (IMT) Ricardo Balistiero, “é impossível criticar o Simples”, principalmente neste momento de recuperação de economia. Para ele, o programa é uma conquista de um longo debate no País a respeito da simplificação tributária e, por ser um estimulador da atividade, deve ser mantido.

#### Sem força

O professor de economia da Universidade de Brasília (UNB) José Luis Oreiro também defende o Simples e avalia que a desoneração da folha é uma das principais renúncias que precisa ser revertida. No entanto, o especialista ressalta que, hoje, o poder Executivo não tem a menor força de aprovar o projeto de reoneração que tramita no Congresso.

Balistiero acrescenta que o presidente Michel Temer perdeu o poder de articulação com o Congresso desde 2017. Além disso, os deputados disputam entre si para tentar retirar determinados setores da proposta. Para os especialistas, será muito difícil aprovar o projeto em ano eleitoral e, se este passar, o seu impacto fiscal deve ser irrisório.

Por fim, Balistiero reforça que a desoneração da folha já não faz mais sentido, atualmente. Ele lembra que, entre 2012 e 2013, a medida foi implementada para tentar incentivar o setor exportador industrial e reduzir a folha de pagamento de multinacionais, diante da valorização do real frente ao dólar, situação diferente da de hoje. A medida definiu que as empresas podem substituir a contribuição previdenciária de 20% da folha de salários, por uma alíquota de 1% a 2% sobre a receita bruta.

#### Zona Franca

Por sua vez, os incentivos tributários para a indústria na Zona Franca de Manaus devem gerar uma renúncia fiscal de R\$ 6 bilhões em 2019, R\$ 6,5

bilhões em 2020 e em R\$ 7,1 bilhões em 2021. Para as empresas de comércio e serviços, os gastos tributários para os próximos três anos são estimados em R\$ 16,7 bilhões, R\$ 18,3 bilhões e R\$ 20 bilhões.

Balistiero avalia que alguns incentivos tributários poderiam ser reduzidos nessa região industrial. “A Zona Franca existe há cerca de 50 anos. Nesse período, já deu tempo para muitas empresas se estabelecerem, de forma a não precisarem da ajuda integral do governo. Não defendo uma exclusão de todos os benefícios, mas, sim, uma diminuição e revisão deles”, complementa o coordenador do IMT.

Já Oreiro é a favor do regime de tributário da Zona Franca por estimular a atividade industrial e afirma que, na verdade, o que falta ao sistema de incentivos fiscais são estudos de custos e benefícios. Uma das novidades da PLDO de 2019, inclusive, é o estabelecimento de metas e indicadores para os novos incentivos.

Balistiero, por sua vez, afirma que muitas das isenções tributárias são importantes para a economia, como o Simples e a cesta básica, por exemplo. Para o especialista, outras medidas podem ser implementadas para compensar a renúncia fiscal de programas essenciais. Balistiero diz que o governo a tributar a distribuição de lucros e dividendos, bem como passar a cobrar impostos de investimentos financeiros, como LCI e LCA.

## **PIB potencial pode crescer para até 4%** **DCI - 20/04/2018**

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, afirmou ontem (19) que é normal a economia dar resultados aquém do esperado em determinados momentos de recuperação.

Segundo ele, o Produto Interno Bruto (PIB) potencial do Brasil pode crescer para entre 3,5% e 4%, sobre 2,5% hoje, se a agenda de reformas for aprovada.

"A boa notícia é que o PIB está crescendo e crescendo em todos os setores [...] menos o consumo do governo", afirmou o ministro, que participa da reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial, em Washington, ontem.

A economia brasileira vem tropeçando neste início do ano, com diversos indicadores vindo abaixo do esperado, o que tem levado boa parte dos analistas a piorar suas projeções de expansão da atividade para o acumulado de 2018.

Pesquisa Focus do Banco Central (BC), que ouve uma centena de economistas todas as semanas, já captou esse movimento. Para este ano, agora as contas são de crescimento de 2,76% do PIB, contra 3% registrados no começo do ano.

Guardia, em entrevista a jornalistas nesta quinta-feira, reafirmou que a previsão do governo continua sendo de 3% para 2018 mas, se necessário, pode rever esse número.

O ministro também voltou a defender a necessidade da reforma da Previdência para que a política fiscal não seja afetada, e defendeu que o governo continua trabalhando para aprovar sua agenda de reformas no Congresso em breve.

Ele voltou a citar como exemplos os projetos de simplificação tributária do Pis/Cofins e do ICMS.

O ministro também afirmou que está em curso o processo que deve viabilizar a capitalização da Eletrobras. "Se não privatizarmos as distribuidoras (de energia) o cenário é complexo. Mas o Tribunal de Contas da União (TCU) está analisando esta questão."

Mais cedo, Guardia, que assumiu recentemente o ministério no lugar de Henrique Meirelles, participou de uma reunião com ministros das Finanças de outros países sobre a Venezuela. Ele afirmou que existe preocupação com a situação econômica e a questão humanitária da Venezuela.

#### Estímulos

Segundo o Instituto Internacional de Finanças (IIF) – formado pelos 500 maiores bancos do mundo e com sede em Washington, nos Estados Unidos –, o crescimento econômico brasileiro deve se fortalecer neste ano e no próximo, estimulado pelo consumo e pelo investimento privado.

Para o IIF, uma melhora gradual no emprego e nas condições de crédito deve dar apoio às famílias e ao setor corporativo, incentivando a atividade. Isso, no entanto, não deve ter impacto significativo na inflação, que, de acordo com o instituto, deve ficar dentro da meta do Banco Central, entre 3,0% e 6,0%. Sem a pressão de preços, o BC poderá manter sua postura acomodatória na política monetária.

O IIF ressaltou, porém, que o déficit fiscal continua se apresentando como a principal fraqueza macroeconômica e pode penalizar a expansão se não for tratado.

"O destino da reforma da Previdência, ponto crítico para a sustentabilidade das finanças públicas, é incerto com a política tão fluida", diz relatório do instituto, referindo-se à corrida presidencial. Segundo o IIF, a prisão do ex-presidente e pré-candidato Luiz Inácio Lula da Silva deixou a disputa pelo Planalto aberta.

Mesmo assim, o IIF acredita que fatores como o fortalecimento da economia sob as políticas vigentes, as finanças públicas frágeis e a alta pressão popular por medidas austeras devem limitar a capacidade do próximo governo de se distanciar do cenário macroeconômico atual.



## **Governo é contra liberar FGTS**

**O Estado de S. Paulo - 20/04/2018**

Aprovada em comissão da Câmara, a liberação do FGTS para o trabalhador que pedir demissão poderá drenar até R\$ 25 bilhões por ano do Fundo de Garantia, o que colocaria em risco sua sustentabilidade, diz o Ministério do Planejamento.

A liberação do FGTS para o trabalhador que pedir demissão poderá drenar de R\$ 23 bilhões a R\$ 25 bilhões por ano do Fundo de Garantia, colocando em risco sua sustentabilidade no médio prazo, segundo estudo do Ministério do Planejamento. Em entrevista ao Estadão/Broadcast, o ministro Esteves Colnago, disse que, diante desses dados, o governo é “obviamente contra” a liberação.

A proposta para liberar os recursos para quem pedir demissão foi aprovada em comissão do Senado na semana passada e tem grande potencial eleitoral, já que o rendimento do dinheiro depositado no FGTS é bem mais baixo do que as taxas de mercado. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), conseguiu ontem evitar que a proposta seguisse imediatamente para a Câmara dos Deputados e ela deverá ser analisada no plenário, pelos senadores.

O ministro descartou a adoção de medidas de olho na eleição. “Não tem o menor perigo de a gente caminhar para uma ação eleitoreira (na economia) como em anos anteriores.”

O levantamento ficou pronto na quarta-feira à noite e mostra que, em 2021, a disponibilidade do fundo já seria insuficiente para compor uma espécie de colchão de recursos que precisa ter para fazer frente aos futuros saques. Segundo a legislação, esse colchão precisa ter o equivalente à soma dos resgates dos três meses anteriores.

O ministro disse que só haveria possibilidade de dar aval à medida se não houvesse risco à sustentabilidade do FGTS. Como os cálculos mostram o contrário, o Planejamento se posicionou contrário à iniciativa.

A simulação considera o fluxo normal de pedidos de demissão e um cenário de investimentos em habitação, infraestrutura e saneamento com recursos do FGTS em torno de R\$ 81 bilhões ao ano. O impacto poderia ser maior, segundo o ministro, porque o cálculo não leva em conta o risco de a medida incentivar trabalhadores a pedirem demissão para resgatar a poupança acumulada durante a carreira.

“O número pode estar subestimado, porque não tenho como prever o comportamento das pessoas”, disse Colnago. Segundo o ministro, seria um risco a ser avaliado pelo trabalhador, que dependeria de boa empregabilidade para se recolocar.

O FGTS tem perto de R\$ 500 bilhões em ativos. Tirando o que é aplicado em investimentos, a disponibilidade é de R\$ 111,2 bilhões. A projeção do governo

é de que ao fim de 2018 as disponibilidades do fundo cheguem a R\$ 117,53 bilhões, já mostrando reação após o saque de R\$ 44 bilhões de contas inativas, mesmo com a introdução da modalidade de rescisão por acordo (que permite ao trabalhador ter acesso a 80% do seu FGTS).

Entre 2016 e 2017, as disponibilidades caíram de R\$ 155,60 bilhões para R\$ 111,20 bilhões.

PIS/Pasep. O ministro disse que a liberação irrestrita dos saques do PIS/Pasep, para trabalhadores com vínculo ao fundo até 1988, não terá grande impacto sobre o BNDES, que terá de devolver recursos para viabilizar os resgates. Ao mesmo tempo, o banco negocia a antecipação de R\$ 100 bilhões ao Tesouro.

“A liquidez do BNDES para este ano está muito tranquila”, disse o ministro. Ele defendeu a liberação ampla dos saques do PIS/Pasep, hoje restritos a quem tem mais de 60 anos.

Em Washington, o presidente do BNDES, Dyogo Oliveira, afirmou que o conjunto de medidas que o governo pretende adotar para a extensão da liberação de recursos do FGTS e PIS/Pasep para contribuintes não deve afetar a instituição.

## **Sindicatos obtêm na Justiça o direito de cobrar imposto**

**O Estado de S. Paulo - 20/04/2018**

Cinco meses após a reforma trabalhista entrar em vigor, sindicatos de todo o País têm obtido liminares que mantêm uma de suas principais fontes de receita, a contribuição obrigatória, informa Luciana Dyniewicz. Levantamento online feito por advogados de entidades de trabalhadores mostra que já são 123 decisões a favor dos sindicatos, sendo 34 em 2.<sup>a</sup> instância – não há dados sobre sentenças contrárias. Também não há um levantamento oficial nacional sobre o assunto. Em Santa Catarina, o Tribunal Regional do Trabalho da 12.<sup>a</sup> Região contabiliza 54 decisões favoráveis às entidades dos trabalhadores e uma contra. Pelo menos um sindicato deverá receber, até o fim deste mês, a quantia equivalente a um dia de trabalho de cada funcionário. O caso envolve o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo (STIA) e a empresa de laticínios Vigor.

Trabalho. Sindicatos já conseguiram 123 liminares para manter sua principal fonte de financiamento; algumas decisões foram derrubadas em segunda e terceira instâncias, mas ao menos uma empresa não recorreu e vai descontar o imposto dos funcionários

Cinco meses após o fim da obrigatoriedade do imposto sindical, com a entrada em vigor da nova legislação trabalhista, sindicatos de todo o País têm conseguido liminares na Justiça para manter a contribuição, que é uma de suas principais fontes de receita. Segundo levantamento online feito por advogados de associações de trabalhadores, já são 123 decisões a favor dos sindicatos,

sendo 34 em segunda instância – a pesquisa não informa as decisões contrárias. O Judiciário não tem um levantamento oficial sobre o tema, mas já houve liminares derrubadas em segunda e terceira instâncias.

Em Santa Catarina, de acordo com o Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, que contabilizou os processos, são 54 decisões favoráveis às entidades de trabalhadores até agora e apenas uma contra. A judicialização da briga em torno da contribuição obrigatória é o segundo passo dos sindicatos na tentativa de manter suas receitas. O primeiro foi a realização de assembleias extraordinárias para votar a continuidade da contribuição. Os sindicatos defendiam que, se a contribuição fosse aprovada em assembleia, ela se tornaria válida para toda a categoria. A decisão na assembleia, porém, não obrigava a empresa a reter o valor – o que levou as entidades a entrarem na Justiça.

Por enquanto, ao menos um sindicato do País saiu vitorioso dessa briga e deverá receber, até o fim deste mês, a quantia equivalente a um dia de trabalho de cada funcionário. O caso envolve o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação de São Paulo (STIA) e a empresa de laticínios Vigor.

O STIA conseguiu, no mês passado, uma liminar em primeira instância que obriga a Vigor a reter a contribuição dos funcionários da fábrica de São Caetano do Sul (SP) e repassar o valor à entidade. A empresa afirma que “por hora, cumpre decisão liminar”, mas que aguarda posição definitiva do Poder Judiciário. O sindicato espera receber o dinheiro dos cerca de 650 empregados até o próximo dia 30. O STIA entrou com 53 processos na Justiça, cada um contra uma empresa diferente. Por enquanto, foram seis liminares favoráveis

No Rio, o Sindicato dos Comerciários, um dos maiores da cidade, também entrou com diversas ações ao mesmo tempo. Foram 30 até agora e seis liminares favoráveis.

Em sua briga na Justiça, os sindicatos têm se valido de um documento da Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) que afirma que a contribuição sindical tem natureza de imposto e, portanto, só pode ser modificada por uma lei complementar – a reforma trabalhista se deu por meio de uma lei ordinária. O texto da Anamatra, porém, não tem valor legal.

Do outro lado da briga, as empresas Aliança Navegação e Logística e a Hamburg Süd foram as que conseguiram a maior vitória até agora. Elas foram as primeiras a obter, em terceira instância, a suspensão da liminar que favorecia o sindicato de seus funcionários. As empresas informaram que recorreram após os trabalhadores reclamarem “voluntariamente” da liminar.

Para o jurista Ives Gandra da Silva Martins, a empresa que não recorrer das liminares favoráveis aos sindicatos pode ter problemas no futuro. “Se o sindicato perder em juízo, os empregados podem entrar na Justiça cobrando esse valor da empresa, e não do sindicato, e também pedindo indenização por danos morais.” Para Gandra, o fim da obrigatoriedade da contribuição é

constitucional. “A lei consagra o princípio constitucional de que a associação ao sindicato é livre. Portanto, não pode ter contribuição obrigatória.”

O advogado Fabio Chong, sócio do L.O. Baptista Advogados, destaca que o assunto só deve ser resolvido após discussão no Supremo Tribunal Federal (STF). Até agora, 15 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) questionando o fim do imposto sindical foram protocoladas no Supremo. Por enquanto, diante de liminar favorável aos sindicatos, o advogado Rodrigo Baldo, do escritório Miguel Neto, orienta que as empresas peçam para os trabalhadores fazerem um documento caso sejam contrários à retenção da contribuição.

“A lei consagra o princípio constitucional de que a associação ao sindicato é livre.”

Ives Gandra da Silva Martins JURISTA

## **TST prorroga prazo para concluir estudo sobre reforma trabalhista**

**Valor Econômico - 20/04/2018**

O presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro Brito Pereira, concedeu 30 dias de prorrogação de prazo para a comissão de ministros que estuda a execução prática da Lei nº 13.467, de 2017, a Lei da Reforma Trabalhista, apresente conclusões à Corte. Advogados, trabalhadores e empresas aguardam com ansiedade a posição do tribunal, especialmente para saber se as novas regras são aplicáveis a processos anteriores à lei. A reforma trabalhista está em vigor desde novembro.

A comissão composta por nove ministros foi criada em fevereiro, quando já se esperava a resolução do impasse que cria insegurança jurídica no mercado. Segundo site do TST, a comissão se reúne periodicamente para analisar os dispositivos recentemente introduzidos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

A extensão do prazo foi solicitada pelo presidente da comissão, ministro Aloysio Corrêa da Veiga. A prorrogação foi concedida ontem.

## **Governo avalia preparar decreto para regulamentar questão trabalhista**

**Valor Econômico - 20/04/2018**

Após desistir da Medida Provisória que alterava pontos da reforma trabalhista, o governo vai preparar um decreto para regulamentar a questão. A ideia surgiu durante reunião, atendendo a uma demanda de entidades do setor de serviços, entre técnicos da Casa Civil, do Ministério do Trabalho e do relator da reforma trabalhista na Câmara, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN).

O governo havia editado Medida Provisória em acordo com o Senado para mudar pontos polêmicos da reforma trabalhista. A MP foi usada pela equipe econômica para reduzir danos à arrecadação, mas perderá a validade na segunda-feira (23).

O conteúdo do decreto ainda não foi definido, mas os técnicos voltarão a se reunir na próxima semana para elaborar o texto.

Participante da reunião, Marinho afirmou ao Valor que a decisão do governo, por enquanto, é de não fazer nenhuma MP ou projeto de lei para alterar a reforma, mas que pode elaborar um decreto se isso der mais segurança jurídica para os empresários adotarem novas formas de contratação.

"Minha opinião é que a lei é autoaplicável. Mas a MP gerou dúvidas e, se um decreto ajudar a esclarecer, não tem problema", disse o parlamentar.

O tucano afirmou que não há chance de o decreto estabelecer regras para pagamento da contribuição previdenciária dos intermitentes, porque isso só poderia ser definido por lei, mas que considera a preocupação da equipe econômica do governo sobre perda de arrecadação como infundada.

"Hoje essas pessoas já trabalham, mas na informalidade, sem pagar nada. Se os empresários sentirem segurança, vão contratar e milhões de novos trabalhadores passarão a contribuir", defendeu.

## **Decreto vai regulamentar reforma trabalhista**

### **Valor Econômico - 20/04/2018**

O governo vai preparar um decreto para regulamentar pontos da reforma trabalhista. A ideia surgiu por conta da caducidade da atual medida provisória, editada em acordo com o Senado para mudar pontos polêmicos do texto e que foi utilizada também pela equipe econômica para reduzir impacto na arrecadação. A MP perde a validade na segunda-feira.

Segundo auxiliares do Palácio do Planalto, a iniciativa de elaborar um decreto para esclarecer pontos da lei surgiu quarta-feira, durante reunião entre técnicos da Casa Civil, do Ministério do Trabalho e o relator da reforma trabalhista na Câmara, deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), atendendo a demanda de entidades do setor de serviços.

O ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha, deu aval à elaboração do decreto, embora não tenha participado da reunião. O conteúdo do decreto ainda não foi definido, mas os técnicos voltarão a se reunir na próxima semana.

Marinho afirmou ao Valor que a decisão do governo, por enquanto, é de não fazer nenhuma MP ou projeto de lei para alterar a reforma, mas que pode elaborar um decreto, se isso der mais segurança jurídica para os empresários adotarem novas formas de contratação. "Na minha opinião, a lei é autoaplicável, mas a MP gerou dúvidas e, se um decreto ajudar a esclarecer, não tem problema."

O relator afirmou que não há chance de o decreto estabelecer regras para pagamento da contribuição previdenciária dos intermitentes, porque isso só poderia ser definido por lei, mas considera infundada a preocupação da equipe econômica em relação à perda de arrecadação. "Se os empresários sentirem segurança, vão contratar e milhões de novos trabalhadores passarão a contribuir."

O líder do governo no Congresso, deputado André Moura (PSC-SE), confirmou que não haverá nova MP e disse que "o governo fez sua parte no acordo". Pesa nessa decisão a dificuldade que o Executivo tem enfrentado este ano para mobilizar seus aliados no Congresso - as sessões estão esvaziadas e o governo não consegue votar sua pauta - e a resistência dos deputados da base aliada a mudanças na lei em vigor desde 11 de novembro.

A atual medida provisória foi editada num acordo com o Senado. O governo queria que os senadores não alterassem o projeto, porque isso exigiria nova análise pela Câmara e atrapalharia a reforma da Previdência. Prometeu que as mudanças negociadas ocorreriam por MP.

Sem uma nova medida provisória, o governo espera mais estabilidade para que as mudanças na CLT produzam efeitos no mercado de trabalho, sem reabrir as discussões no meio da campanha eleitoral. A perda de validade, contudo, deve prorrogar ainda mais um debate sobre se todos os contratos de trabalho, inclusive os vigentes antes da sanção da lei, foram afetados pela reforma (como estabelecia a MP), ou se apenas os novos, após 11 de novembro.

A medida provisória também determinava que a jornada de 12 horas de trabalho por 36 de descanso só poderia ocorrer por acordo coletivo (sem a MP, passa a valer o acordo direto com o trabalhador) e alterava a fórmula de cálculo das indenizações por danos morais, que pela reforma será de acordo com o valor do salário do funcionário.

## **Governo descarta nova MP de lei trabalhista**

### **O Globo - 20/04/2018**

O governo decidiu não enviar, por ora, ao Congresso nenhuma proposta para substituir a medida provisória (MP) 808, que faz ajustes na reforma trabalhista e perde a validade na próxima segunda-feira. Segundo técnicos envolvidos nas discussões, não há clima no Congresso para voltar ao assunto neste momento. Assim, ficou acertado que o Executivo vai apenas editar decreto e portarias para regulamentar alguns aspectos pontuais da nova lei trabalhista.

Com isso, ficam no limbo trabalhadores intermitentes, gestantes em atividades insalubres, garçons e autônomos. Também pairam dúvidas sobre a abrangência da reforma. Não está claro se ela se aplica a todos os contratos (novos e antigos), o que joga a interpretação nas mãos do Judiciário.

Os técnicos ainda estão levantando o que podem fazer por meio de instrumentos que não precisem de aval do Legislativo, mas esse escopo é limitado. Isso porque não é possível ir além ou revogar normas da reforma. No caso do contrato intermitente, por exemplo, uma possibilidade é editar um decreto para definir regras para pagamento de férias e 13º salário, já que esses trabalhadores não dão expediente durante um mês inteiro.

#### Perdas para a União

O assunto foi discutido ontem em uma reunião na Casa Civil. Durante o encontro, ficou acertado que representantes do setor produtivo enviarão ao Ministério do Trabalho sugestões para aperfeiçoar a legislação. Sem a MP, no entanto, há dificuldades tanto para os trabalhadores quanto para a própria União, que perde na arrecadação de impostos de contribuições.

No caso dos trabalhadores, por exemplo, a indenização extrapatrimonial (dano moral) fica limitada à remuneração e não mais ao teto do INSS, atualmente de R\$ 5.645. Sem a medida, cai também a quarentena de um ano e meio para que empregadores possam trocar contratos regulares por intermitentes. Além disso, o trabalhador que descumprir o contrato poderá ter de pagar multa de 50% sobre a remuneração. Os garçons poderão ter problemas para receber integralmente as gorjetas, e as gestantes continuarão podendo exercer atividades insalubres. A MP contemplava todas essas questões e, a princípio, elas não poderão ser regulamentadas por ato administrativo.

A União perderá, porque a base de cálculo de tributos sobre a folha ficará menor, sem as gratificações pagas a chefes, gerentes, coordenadores. Elas foram retiradas pela reforma, e a MP tentava reincorporá-las na base de cálculo. Com a caducidade da proposta, o problema só poderá ser contornado via projeto de lei. Receita Federal e Ministério do Trabalho avaliam que o impacto na receita será grande, sobretudo no regime de Previdência, mas ainda não há estimativas de valores.

#### TST adia avaliação

Para agravar o grau de incerteza envolvendo a reforma trabalhista, o presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), Brito Pereira, adiou ontem em 30 dias o prazo do grupo de trabalho que analisa ajustes na nova lei e a sua abrangência. A comissão, composta por nove ministros, foi dividida em dois grupos: um analisa a aplicação sobre processos em andamento na Justiça, o outro, sobre contratos. Eles foram criadas em fevereiro, após o TST adiar a revisão de 34 súmulas, que seriam adaptadas às mudanças feitas pela reforma trabalhista. O prazo inicial para a conclusão dos trabalhos era de 30 dias.

## **A incógnita da reforma trabalhista**

### **Correio Braziliense - 20/04/2018**

Depois de cinco meses parada no Congresso, a Medida Provisória (MP) nº 808, que regulamenta pontos da reforma trabalhista, perderá a validade na segunda-feira. A lei voltará a valer exatamente como foi sancionada em novembro de 2017. Significa dizer que, entre outros efeitos, quem for contratado como intermitente não poderá contabilizar o tempo trabalhado como de contribuição para a aposentadoria, caso não chegue a um salário mínimo no fim do mês, e esse tipo de contrato poderá ser firmado sem a quarentena de 18 meses estipulada na MP — um funcionário celetista poderá ser demitido e imediatamente recontratado para trabalhar por hora ou dia.

Como a MP vai caducar, o potencial de arrecadação do governo também cai, principalmente em relação às contribuições previdenciárias. No caso do intermitente, por exemplo, o texto passou a permitir que ele usasse o tempo para se aposentar, desde que pagasse o que falta para a contribuição mínima, valor que engordaria os deficitários cofres da Previdência Social. Para evitar esse e outros efeitos colaterais do fim da MP, o governo estuda editar um decreto, instrumento que permite que o presidente da República regulamente pelo menos alguns pontos da nova lei, embora não possa alterar o teor dela. Outra opção seria enviar uma nova MP, mas essa está praticamente descartada. “A princípio, vai ser um decreto, porque é mais palatável e rápido”, explicou uma fonte da Casa Civil.

Até agora, houve apenas uma reunião técnica, na quarta-feira, para avaliar as alternativas. Na semana que vem, técnicos de outros ministérios, da assessoria especial e da área jurídica do governo devem se encontrar para definir o que pode ser feito, de fato, por decreto. O problema é que, mesmo com os estudos técnicos aprofundados, corre o risco de ser questionado judicialmente e interpretado como uma estratégia para passar por cima do Legislativo. “Seria uma solução controversa, porque a competência para legislar e regulamentar é do Legislativo, que, de vez em quando, cede um pouco do espaço para o governo. Mas isso sempre vem de forma clara na lei e, nesse caso, não veio”, explicou.

Um dos técnicos consultados pelo governo acredita que há, de fato, “uma potencial controvérsia jurídica”. Como o presidente Michel Temer enviou inicialmente uma MP para tratar do assunto, o entendimento é que ele considera que o instrumento usado precisaria ter status de lei. Ao enviar um decreto, passa a entender que pode ser infralegal. “Já há um ativismo muito grande do Ministério Público e do Judiciário em relação à reforma. Um decreto, depois que a MP perder a validade, vai sofrer muitos questionamentos. Isso tem que ser pesado”, avaliou.

#### **Plano B**

Uma nova MP teria vantagens do ponto de vista do conteúdo, por poder tratar de muito mais temas que um decreto, mas provavelmente empacaria de novo no Congresso. A total ausência de vontade política de se retomar o tema em ano eleitoral ficou evidente durante os meses em que a primeira MP ficou



parada na comissão mista: o presidente abandonou o colegiado, os partidos nem sequer indicaram todos os integrantes e, ao fim do prazo, nem o relator havia sido definido. O único avanço foi no número de emendas (sugestões de mudanças), que chegou a 967, o que mostra que ainda há muita insatisfação em relação à lei aprovada.

A impressão de quem acompanha o assunto é que o governo também não fez muitos esforços para votar a MP, que foi enviada para cumprir a promessa feita aos senadores, em novembro, em troca da aprovação da reforma. Um dos medos era que temas como o fim da contribuição sindical obrigatória fossem retomados e, talvez, revertidos. Por isso, o decreto é visto como uma opção mais segura: toca apenas no que o governo julga necessário e não passa pela avaliação dos parlamentares, além de valer de imediato.

## **Sem MP, polêmicas da reforma trabalhista devem ir à Justiça**

**DCI - 20/04/2018**

A Medida Provisória 808, que altera uma série de disposições da reforma trabalhista, está perto de “caducar” no Congresso, de modo que questões polêmicas terão que ser solucionadas pela via judicial, incluindo o debate sobre a abrangência das mudanças nos contratos vigentes.

Um dos pontos cruciais é a aplicação da reforma para contratos firmados antes do início da vigência da Lei 13.467/2017, que introduziu mais de 100 modificações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A MP diz expressamente no artigo 2º que a reforma trabalhista se aplica, na integralidade, a todos os contratos de trabalho vigentes. Se a norma não for confirmada no Congresso até o dia 23 de abril, esse artigo será suprimido e a questão para quais contratos a lei vale terá que ser resolvida no Judiciário Trabalhista, o que levará muito tempo.

Segundo o advogado trabalhista do Miguel Neto Advogados, Vinicius Alves, sem a confirmação da MP em lei, o juiz será obrigado a legislar sobre o que o Congresso não fez. “Isso traz insegurança jurídica, porque quem vai decidir o que vale e o que não vale são os juízes por meio do julgamentos de processos que vão ter que subir até o [Tribunal Superior do Trabalho] TST pelo menos”, afirma. E pode não parar por aí, visto que as questões relacionadas ao direito constitucional terão que ser analisadas no próprio Supremo Tribunal Federal (STF).

Quando foi aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente Michel Temer, a reforma trabalhista gerou uma forte reação de juristas que consideram que as mudanças na CLT retiram direitos dos trabalhadores. O momento mais emblemático desta revolta foi a jornada da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra) em outubro do ano passado, com 125 enunciados indicando uma interpretação da lei. Entre eles, os juízes apontaram diversas supostas inconstitucionalidades no texto que passou a valer em novembro, levando diversas pessoas a crer que a associação estaria orientando os magistrados a não aplicar a lei.

De acordo com a advogada de direito de trabalho do escritório Roberto Caldas, Mauro Menezes & Advogados, Érica Coutinho, a MP estava longe de resolver todos os problemas destacados pelos advogados defensores do trabalhador, mas suavizou diversos deles. Um dos pontos mais polêmicos é a tarifação do dano extrapatrimonial, que pela redação pura da reforma leva em consideração o último salário do empregado ofendido. “Assim, trabalhadores que recebem menos teriam direito a indenizações por danos morais menores. A MP colocou uma gradação de ofensa de acordo com o teto dos benefícios do [Instituto Nacional do Seguro Social] INSS. Ainda é inconstitucional pela tarifação, pois não poderia ter uma definição a priori do tamanho do dano, mas é menos problemático do que vincular ao salário”, avalia a especialista.

Apesar de todos os problemas que decorreriam de deixar caducar a MP, as perspectivas para aprovação no Legislativo são baixas. Faltam apenas duas sessões para o encerramento do prazo e o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse no início de abril que não deve se esforçar para votar a medida. “Se caducar, caducou”, afirmou a jornalista. Para o parlamentar, o texto da norma possui itens que fazem a legislação “andar para trás.”

Na opinião da sócia do Securato e Abdul Ahad Advogados, Cláudia Orsi Abdul Ahad, o cenário político deste ano prejudicou o andamento de qualquer pauta no Legislativo. “Por causa das eleições, esse é um ano difícil para passar alterações em leis e MPs”, conta. A advogada entende, contudo, que é natural resolver as polêmicas no Judiciário.

“A lei tem pontos interpretativos, com ou sem MP. O mesmo fato pode ser entendido de um jeito por um juiz e de maneira diferente por outro”, destaca. Cláudia lembra que um dos pontos mais criticados da reforma, sendo alvo de diversas Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), é o fim da contribuição sindical obrigatória, que não foi contemplado pela MP 808. “A MP não resolveu todas as polêmicas e todas as controvérsias.”

#### Efeito prático

Por outro lado, o advogado Vinicius Alves alega que os efeitos práticos do fim da vigência da medida provisória vão ser sentidos imediatamente por algumas empresas. “Como a questão da gorjeta estava na MP, foram feitos acordos com sindicatos, o empresário investiu dinheiro e agora o que ele pagou não serve de nada mais. Temos vários casos de executivos que gastaram para se adequar à MP e o investimento acabou perdido”, conta o especialista.

Pela MP 808, a gorjeta “não constitui receita própria dos empregadores, destina-se aos trabalhadores e será distribuída segundo os critérios de custeio e de rateio definidos em convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho”. Enquanto isso, a lei que instituiu a reforma não dedica nenhum artigo específico à regulamentação da gorjeta. Se a medida caducar, neste caso específico, será como se nenhuma reforma tivesse sido realizada. “Enquanto não houver uma nova MP, os acordos realizados com base na 808 perdem validade”, conclui.

## **Demissão de servidores por ilegalidade é recorde**

**O Estado de S. Paulo - 20/04/2018**

Coluna do Estadão

O número de servidores demitidos pelo governo federal neste ano por irregularidades bateu recorde. Levantamento da CGU a que a Coluna teve acesso com exclusividade mostra que no primeiro trimestre deste ano foram expulsos 142 funcionários públicos, recorde da série histórica iniciada em 2003. Casos de corrupção são o principal motivo de desligamentos e cassações de aposentadoria no período. Foram demitidas do serviço público 89 pessoas (63% do total) por usarem os cargos para proveito pessoal, receber propinas ou causar prejuízo aos cofres públicos.

» Cai fora.

Somente em março, 72 servidores foram expulsos. O número é quase o dobro da quantidade de penalidades registradas na comparação com o mesmo período de 2017. Em todos os casos, as condutas irregulares ficaram comprovadas após Processo Administrativo Disciplinar.

## **O Itamaraty do século 21**

**O Estado de S. Paulo - 20/04/2018**

Aloysio Nunes Ferreira

No final do ano passado determinei a criação de um grupo no Itamaraty para propor um sistema de planejamento estratégico do Ministério das Relações Exteriores, inspirando-se em outras chancelarias, em exemplos de sucesso de órgãos públicos e do setor privado e na melhor literatura de administração e pensamento estratégico. Essa decisão se baseou em duas constatações principais.

A primeira é que o Itamaraty tem capacidade de planejamento e análise invejável, mas a máquina cresceu muito e os temas são cada vez mais específicos e fragmentados, tornando mais complexa a tarefa de manter uma visão de conjunto e monitorar as atividades. Era necessário, portanto, que o planejamento refletisse essa realidade, garantindo unidade de propósitos, antecipação de tendências e riscos, além de preocupação constante com o resultado, isso tudo num ambiente internacional sempre incerto.

A segunda constatação diz respeito à tendência dos órgãos de controle e da moderna prestação de contas, que exigem não apenas a definição de objetivos e metas, mas também a capacidade de demonstrar resultados concretos com eficiência, de modo a assegurar o melhor uso possível dos recursos aplicados. Os órgãos de controle do próprio governo e os externos e independentes não se contentam mais com a conformidade e legalidade da execução orçamentária e financeira. Exigem também a demonstração do retorno do investimento público. Essa é uma tendência global, e não apenas no Brasil.

Um dos principais desafios de qualquer chancelaria, quando se trata de planejamento estratégico, diz respeito à determinação da eficiência. Não se mede a eficiência da diplomacia como se mensura a eficácia de uma campanha de vacinação, ou seja, pela quantidade de crianças alcançadas. Tampouco é possível medir o êxito com indicadores como a extensão, em quilômetros, de estradas pavimentadas ou rios dragados em um ano.

A eficiência na diplomacia requer, na maioria das vezes, estratégias de longo prazo. A medida dessa eficiência, portanto, exige frequentemente o uso de indicadores qualitativos, especialmente desenhados para as características próprias da política externa. É mais difícil avaliar a eficácia de políticas que exigem paciência, abertura de canais de contato e a construção de boa vontade para alcançar o objetivo almejado.

Por exemplo, levamos dez anos para abrir o mercado norte-americano para a carne bovina in natura brasileira, mas isso não significa que tenhamos sido ineficientes nos primeiros nove anos. Na verdade, sem a paciente construção do caso e o emprego de diferentes técnicas de negociação e eventos de promoção nos nove anos anteriores certamente não teríamos alcançado o êxito no décimo.

O planejamento em relações exteriores, portanto, demanda uma perspectiva *sui generis*, adaptada a uma política pública cuja medida de sucesso nem sempre é óbvia. O sucesso diplomático pode significar a ausência de uma decisão de um governo ou de um organismo internacional que, se não fosse evitada, afetaria negativamente os nossos interesses. Pode representar a superação de um risco de conflito que jamais eclodirá, mas cuja mera divulgação de seu potencial poderia acarretar enormes prejuízos e minar a capacidade negociadora e a influência do País perante os envolvidos.

Essa consciência de que a realidade da diplomacia é peculiar não invalida a necessidade de implementar o planejamento, mas recomenda fugir das fórmulas tradicionais. Tendo presente essa premissa básica, determinei a execução, em 2018, do projeto piloto do “sistema de planejamento estratégico das relações exteriores” (Sisprex), cujo desenho básico conterá os seguintes elementos: diagnóstico do ambiente internacional para determinar as principais tendências regionais e globais e seu impacto nas diretrizes da política externa; esforço coletivo das unidades do Itamaraty na definição de objetivos estratégicos que deverão integrar, no futuro, um plano estratégico quadrienal; elaboração de planos de trabalho anuais contendo metas específicas e atividades a serem desempenhadas, com previsão de recursos necessários.

Utilizando as mais modernas técnicas disponíveis, esse sistema encadeado deverá garantir coerência entre os três elementos, prevendo também uma estrutura de governança encarregada de corrigir metodologias, sugerir indicadores e fazer atualizações nos documentos resultantes sempre que necessário, tanto em função das mudanças de prioridades governamentais quanto em reação a imprevistos no ambiente estratégico internacional.

Com isso será possível aproveitar a criatividade e a capacidade de inovação dos funcionários mais jovens e das unidades básicas, que serão chamados a contribuir para o processo de reflexão coletiva. Ao mesmo tempo, a liderança do ministério deverá validar o processo em cada uma de suas fases, resultando em instruções mais precisas, que propiciarão o engajamento de todos na busca dos resultados almejados. Não menos importante, esse sistema estruturado facilitará o monitoramento, a avaliação da eficiência, a alocação ótima de recursos e o compartilhamento das melhores práticas.

O Sisprex deverá evoluir rapidamente para se tornar também um elo entre o Itamaraty e a sociedade. Ele contém em seu DNA o diálogo e a transparência, como, aliás, deve ser numa chancelaria afinada com seu tempo. Tanto nas fases de diagnóstico de tendências quanto na definição de objetivos estratégicos, as consultas com especialistas e forças vivas da sociedade serão fundamentais. Os documentos de referência resultantes do planejamento, em sua versão ostensiva, serão igualmente valiosos instrumentos de diplomacia pública, ao evidenciarem claramente a importância do trabalho diplomático para a sociedade e sua contribuição central para um Brasil mais forte, próspero e justo.

Sistema de planejamento estratégico propiciará mais transparência e eficiência à diplomacia.

## **Vamos pagar por Google e Facebook? O Estado de S. Paulo 20/04/2018**

Pedro Doria

E se os serviços da internet fossem pagos? A pergunta parece esquisita, hoje em dia. Uns anos atrás, seria absurda. Mas já assinamos TV, música e notícias online. A turma do BuzzFeed fez as contas no caso do Facebook. Nos EUA, uma assinatura da rede social sairia por US\$ 11 ao mês. É o valor de uma assinatura com vídeo HD da Netflix.

Em certos círculos importantes, a ideia começa a ser debatida a sério. Na semana passada, no TED, Jaron Lanier, pai da realidade virtual e um dos mais respeitados filósofos da tecnologia, a defendeu abertamente. Em uma das entrevistas que concedeu nos últimos tempos, Sheryl Sandberg, número dois do Facebook, chegou a mencionar a hipótese. “Poderia haver um botão ‘não use meus dados pessoais?’”, perguntou-me uma repórter da TV NBC. “Este seria um produto pago.” Sandberg não disse que a rede social planeja oferecer algo assim. Mas a bola está quicando. Vamos dar uns passos atrás. Tecnologia não é inevitável. Produtos que nascem no Vale do Silício partem de apostas que dão certo ou não. As apostas vêm de conceitos na cabeça de seus criadores. Um deles, no nascimento da internet, é que a informação deveria ser gratuita. Daí vem a opção pelo modelo publicitário. É importante compreender como este modelo nos levou ao ponto em que estamos hoje.

Lá por meados da década de 2010, a indústria começou a investir no encontro entre Big Data e publicidade. O Google em particular investiu pesado neste projeto. A ideia era que nossos passos pela rede seriam seguidos e analisados.

A partir daí, seria possível aferir nossos interesses e nos enviar anúncios que nos interessam. No momento seguinte, dois conceitos novos surgiram. O smartphone e as redes sociais.

No smartphone, a guerra era por apps. Apps eram pagos e os desenvolvedores precisavam descobrir como fazê-los para que nós, o público, os usássemos. Muita gente fracassou, mas, usando as mesmas técnicas de acompanhar os movimentos de cada usuário, alguns aprenderam muito. Ao longo dos anos, apps, e smartphones, se tornaram máquinas desenhadas com precisão para constantemente nos chamar a atenção. Para não as largarmos.

Redes sociais, por outro lado, tinham por objetivo criar um ambiente no qual encontrássemos os amigos. Ou pessoas com interesses em comum. Um funcionaram mais ou menos. O mesmo percurso de tentativa e erro foi seguido e, sempre usando Big Data e testes, depois inteligência artificial, foi-se aprendendo a construir uma rede da qual não conseguíssemos largar. É o Facebook.

O negócio dos apps não deu certo. Tanto que a maioria dos apps que utilizamos são construídos por uma de três empresas. Apple, Google ou Facebook. No mais, alguns jogos e só. As redes deram certo. E o Facebook saiu da tela do computador para se tornar um app, que é como a maioria das pessoas o usa. As técnicas todas se juntaram, agora catapultadas. O Google sabia por onde passeávamos na internet. O Facebook sabe com quem nos relacionamos e que temas nos interessam. O smartphone, por onde andamos na cidade. E, num modelo publicitário, a única forma de este conjunto dar dinheiro é nos manter ligados dando mais do que queremos, cada vez mais.

Como descrevemos um hábito que muitas vezes nos dá uma experiência amarga e, ainda assim, não conseguimos largar? Lanier chama estas empresas de 'império de modificação de comportamento'. Ele é um provocador. Mas o negócio do Vale, hoje, faz dinheiro forçando nosso comportamento. Uma foto, um like, outro like, só uma visitinha mais antes de dormir, Fulana me curtiu, veja só. O negócio precisa ser assim porque é como vive. Se fosse pago, funcionaria doutra forma.

O negócio do Vale do Silício, hoje, faz dinheiro forçando nosso comportamento.

## **Pauta pesada em 2019**

### **O Estado de S. Paulo - 20/04/2018**

Fernando Dantas

O próximo ou a próxima presidente, caso deseje recolocar o Brasil na rota do crescimento sustentável, terá que lidar no seu primeiro ano de mandato com uma pauta pesadíssima de medidas politicamente difíceis.

A situação do País não é difícil de entender. Estruturalmente, o setor público está quebrado. Há uma dinâmica de crescimento de despesas rígidas como salários, Previdência e benefícios sociais, baseada em leis e pressões políticas de grupos poderosos, que em mais alguns anos fará com que praticamente todo o gasto federal não financeiro tenha que ser obrigatoriamente despendido com essas rubricas. Nesse momento, não restará praticamente nada para investir ou para mover a máquina pública.

É claro que ninguém espera que o Brasil chegue a esse ponto absurdo e paradoxal. Se nada for feito para resolver a falência estrutural do Estado, o que os especialistas veem é a volta da inflação em disparada (que reduz o valor real da despesa pública) ou mesmo algum tipo de calote da dívida pública como “soluções”.

Uma boa pergunta é por que está tudo tão calmo no mercado financeiro se existe uma situação fiscal tão dramática assim. A resposta é: exatamente porque os investidores esperam que alguma coisa seja feita.

Fatores se combinam para que o Brasil desfrute de certa trégua até 2019. O mercado internacional, apesar de alguns tremeliques recentes, continua muito líquido e ávido por aplicações mais arriscadas (como as brasileiras e de outros emergentes) que deem retornos mais altos do que os dos títulos dos países do Primeiro Mundo.

Além disso, o time econômico de Michel Temer fez um trabalho competente onde foi possível –, isto é, naquilo que, a partir do escândalo das fitas em maio do ano passado, não depende de grandes majorias no Congresso. A reforma da Previdência, que depende, foi para o espaço, mas o Banco Central manejou bem a política monetária e derrubou de forma consistente a inflação e os juros.

Já o resto da equipe econômica conseguiu passar medidas inteligentes que diminuem as distorções da economia brasileira, como a TLP, a nova taxa de juros do BNDES que vai acabar progressivamente com os subsídios pouco transparentes e maciços que o banco concedeu nos últimos anos.

Essa combinação de ventos externos favoráveis e um trabalho econômico bom, mas limitado, no front doméstico está sendo suficiente para o Brasil “comprar tempo” até que o próximo ou a próxima presidente assuma. Não há nenhuma garantia disso, mas até agora os mercados não puxaram o tapete da economia brasileira, como já aconteceu em anos eleitorais do passado.

Esse benefício da dívida, entretanto, tem prazo para vencer, e tudo indica que seja 2019. Se o governo que assumir resolver fingir que não é com ele e tentar tocar com a barriga, na melhor das hipóteses escapa de um grande desastre (é difícil, na verdade, determinar quando uma falência estrutural se transforma numa crise aguda), mas estará certamente fadado ao fracasso: não há a menor chance de que o Brasil ingresse num círculo virtuoso de crescimento sustentado se as contas públicas não forem consertadas.

Entre os desafios que o (ou a) presidente que vier terá que enfrentar de imediato estão a realização de uma dura reforma da Previdência, a aprovação de uma nova lei de reajuste do salário mínimo que acabe com os aumentos reais ou os diminua muito e outra rodada de negociação salarial muito severa com o funcionalismo. Nada que lembre as “bondades” que os governantes brasileiros tanto gostam de fazer.

E é bom que, durante a campanha eleitoral, os candidatos a presidente não escondam debaixo do tapete essa agenda ingrata que terão que enfrentar no seu primeiro ano. Como ficou claro com o segundo mandato de Dilma Rousseff, o eleitor brasileiro cobra um preço altíssimo (ainda bem!) de políticos que cometem estelionato eleitoral.

Por que o mercado financeiro está calmo se a situação fiscal é tão dramática?

## **Quem não quer a Eletrobrás privatizada** **O Estado de S. Paulo - 20/04/2018**

Celso Ming

Ninguém pense que as resistências à privatização da Eletrobrás provenham de questionamentos ideológicos ou de concepções sobre a natureza do Estado ou, ainda, de determinadas estratégias de desenvolvimento econômico.

Provêm das mais atrasadas práticas de poder, derivadas do patrimonialismo e da tomada do Estado por interesses políticos privados, como bem mostrou matéria publicada na capa do Estadão na última terça-feira.

Os pontos de vista doutrinários são bem conhecidos. Um tanto simplificada, os neoliberais entendem que o setor público é, em geral, mau administrador e quando se mete em setores da economia acaba por permitir que interesses privados se apropriem indevidamente de recursos e de instrumentos públicos. Daí porque o Estado deve ser enxuto e, salvaguardadas as excepcionalidades, se restringir à regulação da atividade econômica.

A concepção estatizante pretende induzir o desenvolvimento econômico por meio do controle de setores estratégicos, em vez de deixá-los à iniciativa privada cuja finalidade não é o interesse público, mas a maior apropriação da renda. Quanto mais atrasado o desenvolvimento econômico, maior deverá ser a participação do Estado na economia, de maneira a incentivar e a proteger setores ainda frágeis.

Em janeiro, o governo Temer decidiu enviar projeto de lei ao Congresso para privatizar a gigante Eletrobrás, holding que reúne 233 usinas que oferecem 31% de energia elétrica gerada no Brasil, mais de 71 mil quilômetros de linhas de transmissão. A modelagem prevê aumento do capital social cuja participação o Tesouro deixará de subscrever, abrindo espaço, assim, para maior participação privada. Como nenhum acionista poderá deter mais que 10% das ações com direito a voto, o resultado será a pulverização do controle acionário hoje detido pelo Tesouro. O governo terá à sua disposição uma ação



especial (golden share) por meio da qual poderá vetar decisões que eventualmente contrariem o interesse nacional. As subsidiárias Itaipu e Eletronuclear ficarão de fora do modelo de privatização. A primeira, por ser empresa binacional partilhada com o Paraguai; e a outra, por operar com a especialmente sensível energia nuclear. O governo espera arrecadar R\$ 12,2 bilhões com essa operação de subscrição de ações novas.

A principal razão pela qual a Eletrobrás deve ser privatizada não tem a ver nem com posições doutrinárias nem ideológicas. Tem a ver com uma razão bem mais prática. Como todos sabemos, o Tesouro está na pindaíba, não tem recursos para bancar os investimentos necessários para expansão da Eletrobrás, tanto na área de geração, como na de transmissão e distribuição. Ou se deixa a incumbência para quem esteja disposto a fornecer capital ou, então, não acontecerão os investimentos.

O projeto enfrenta enorme batalha judicial. As resistências mais importantes ao novo passo se concentram em duas áreas, a corporativista e a política. A corporativista é a dos funcionários das empresas estatais que temem perder privilégios (e a moleza) de que desfrutam, quando seus patrões passarem a ser executivos privados.

A resistência política, a maior das duas, é a dos chefões políticos para os quais, além de cabides de emprego, as empresas estatais e suas subsidiárias não passam de capitaniais loteáveis entre cupinchas.

Como se viu exaustivamente por meio da Operação Lava Jato, além de oportunidade para exercício de poder, esse jogo permite sistemática depredação do patrimônio público para cumprimento dos interesses desses mandachuvas regionais. Enfim, este ainda é o resultado de arraigadas práticas patrimonialistas que deformam a vida política nacional.

## **Nenhum trabalhador deixado para trás** **Valor Econômico - 20/04/2018**

Laura Tyson e Lenny Mendonça

Raramente passa uma semana sem uma nova previsão distópica sobre o desemprego em massa motivado pela tecnologia. À medida que a inteligência artificial (IA) e as tecnologias robóticas avançam, estudos estão concluindo que muitas das tarefas que empregam pessoas já podem ser automatizadas.

As estimativas sobre o percentual de empregos automatizáveis variam amplamente, de 14% de todos os empregos nos países da OCDE para quase 50% de todos os empregos nos EUA. De acordo com o McKinsey Global Institute, 9% a 32% da força de trabalho das economias desenvolvidas poderão ser afetados na próxima década.

Em todos os países, as profissões de baixa qualificação que exigem menos educação formal serão as mais suscetíveis à automação, ao passo que os empregos que exigem treinamento profissional e/ou ensino superior estarão

menos ameaçados, ao menos por enquanto. De qualquer maneira, precisamos urgentemente começar a proporcionar aos trabalhadores novas capacitações para atender às futuras demandas do mercado de trabalho.

Para isso, empresas, instituições de ensino, organizações não-governamentais e governos estaduais e locais americanos começaram a repensar as políticas de educação e treinamento. Esse trabalho torna-se mais urgente pelo fato de que o governo federal do presidente Donald Trump está esquivando-se de suas responsabilidades nessa área.

Enfrentar o desafio de capacitar os trabalhadores exigirá uma reinvenção épica de aprendizado e treinamento da força de trabalho. A reação precisa ocorrer na dimensão do estabelecimento da educação secundária universal há um século, ou do movimento "faculdade para todos" que começou nos anos 60.

Essa não é a primeira vez em que os EUA têm de se adaptar a grandes revoluções no mercado de trabalho. Mais de 150 anos atrás, a Lei Morrill, de 1862, estabeleceu e financiou as "land-grant universities" (universidades financiadas pela venda de terras federais doadas aos Estados) para oferecer aos americanos formação em agricultura, ciência, engenharia e outros campos relevantes para a Revolução Industrial. O sistema criado evoluiu, constituindo o maior sistema de educação pós-secundária do mundo, abrangendo mais de 100 faculdades e universidades.

Economistas preveem que a mudança tecnológica acabará por criar tantos empregos quanto destruirá. Mas haverá obstáculos significativos ao longo do caminho. Embora cerca de um terço dos adultos dos EUA tenha um diploma universitário de quatro anos - a maior proporção jamais registrada -, igual porção não tem mais do que um diploma de ensino médio. Para os trabalhadores em todos os níveis de ensino, a aquisição de habilidades adicionais exigirá menos "tempo sentado" nas salas de aula tradicionais e mais formas dinâmicas de treinamento.

Um bom exemplo desse treinamento é oferecido pela Skillful, uma iniciativa sem fins lucrativos bancada pela Markle Foundation, Microsoft, LinkedIn e pelo Estado do Colorado. A Skillful está executando um projeto piloto no Colorado para ajudar os trabalhadores sem formação universitária a colocar suas habilidades no mercado. A ideia é focar os esforços nos candidatos a emprego, nos empregadores e em capacitação - e não em diplomas.

Para a CEO da Skillful, Beth Cobert, o objetivo é fazer com que os empregadores comecem a dar valor à capacitação "concreta", como domínio de carpintaria ou web design, e capacitação "virtual", em comunicação ou liderança, mesmo que tais habilidades não tenham sido adquiridas em um ambiente formal, e reconhecer o potencial dos trabalhadores para desenvolvimento futuro.

De acordo com a OCDE, trabalhadores sem diploma universitário têm menor probabilidade de participar de qualquer tipo de treinamento. É por isso que a

Skillful está aproveitando dados geográficos e setoriais para ajudar os trabalhadores a descobrir habilidades comercializáveis que já possuem.

Além disso, a Skillful e o governador do Colorado, John Hickenlooper, lançaram um programa intensivo para treinar orientadores de carreiras, que então ajudarão os trabalhadores individuais a identificar as habilidades e o treinamento de que precisam para os trabalhos que desejam.

Neste momento, não há estratégias certas ou erradas, e é animador ver que muitos Estados estão experimentando diferentes iniciativas e compartilhando as lições aprendidas. Eles estão mostrando que o federalismo progressista pode funcionar mesmo em estados "vermelhos" (republicanos).

Por exemplo, a Carolina do Norte criou um programa de orientação para apoiar o treinamento de adultos com baixa qualificação e jovens fora da escola. Em Ohio, os graduados do ensino médio podem obter uma certificação rigorosa de "Disponibilidade Profissional" abrangendo 15 áreas de habilidades. Montana introduziu recentemente um programa de aprendizagem para manufatura. E a iniciativa "NextLevel", de Indiana, oferece subsídios a empregadores para treinar trabalhadores em ocupações de "qualificação média" (aqueles que exigem mais do que um diploma de ensino médio, porém menos do que um diploma associado de dois anos).

Vinte anos atrás, governadores de 19 Estados do oeste dos EUA criaram a Western Governors University para ensinar on-demand competências via internet. Hoje, quase 100 mil alunos estão matriculados e o governo da Califórnia também está propondo uma faculdade comunitária online para atender a "trabalhadores à deriva".

Tendo em vista estarem em jogo as vidas de milhões de trabalhadores, não há alternativa a tais iniciativas. Os formuladores de políticas precisam seguir o exemplo daqueles que já estão fortalecendo programas de educação e aprendizado para adultos, para que nenhum trabalhador seja deixado para trás pela força motriz da automação.

## **O freio dos juros**

### **O Globo - 20/04/2018**

Míriam Leitão

O Banco Central reduziu a Selic e liberou o depósito compulsório, o que em mercados dinâmicos ajudaria a aumentar o acesso ao crédito, baratear os financiamentos e impulsionar a atividade. Os dados do sistema financeiro, no entanto, mostram uma realidade distinta. A concessão de crédito às empresas ficou quase estável nos últimos 12 meses, com alta de 0,4%. Até rolar dívidas está difícil.

Para a pessoa física tem havido mais flexibilidade. As concessões saltaram 10,3% em 12 meses. Nesse mesmo período, o estoque de créditos

corporativos caiu 6,7%. O BC se esforça para esquentar a economia, mas os bancos não têm cumprido o papel que lhes cabe nessa retomada.

O descolamento entre os juros cobrados pelos bancos e a Selic é evidente. Na contramão do BC, os bancos vêm aumentando desde dezembro a taxa cobrada no crédito livre, que chegou a 42,2% ao ano em fevereiro. Esse padrão é visto há muito tempo. De outubro de 2016, quando a Selic estava em 14,25%, até aqui o BC cortou a taxa a menos da metade, para os atuais 6,5%. Ou seja, o recuo foi de 54%. A queda da taxa do crédito livre, no entanto, foi, na média, de 21%.

Em modalidades com risco mais baixo, a taxa praticada não faz sentido. No crédito consignado, por exemplo, cujo pagamento é o desconto automático na folha de pagamentos ou no benefício previdenciário, os juros médios ao ano chegaram a 26,3% em fevereiro, o terceiro mês seguido de alta. Em 12 meses, mesmo com a forte queda da Selic, a taxa média do consignado recuou apenas 3,2 pontos.

Em alguns segmentos do mercado e para certos tipos de crédito, há queda do custo do dinheiro. Um empresário do setor de autopeças conta que sentiu isso, na oferta feita pela instituição financeira. Apesar disso, a empresa não tomou todos os recursos oferecidos. Prefere se endividar pouco, o que, no país dos juros altos, parece prudente.

— É sempre assim. Quando a empresa não precisa de financiamento, o banco bate à porta e oferece dinheiro mais barato. Quando é a empresa que está precisando, a taxa é bem mais alta. Nos momentos em que eu preciso de financiamento para comprar uma máquina, negocio com o fornecedor. Eu pago em parcelas e ele entrega em etapas, por exemplo — diz o empresário.

Nessa crise, muitas empresas pequenas e médias têm buscado as cooperativas de crédito. É uma opção com um custo menor. Em 2017, enquanto os bancos reduziram as liberações, as cooperativas emprestaram 15% a mais. Algumas tiveram resultados melhores que a média. Na Sicredi, por exemplo, a carteira de crédito saltou 21% no ano passado. Muito identificadas com o agronegócio, as cooperativas se expandem agora para as cidades. A Sicoob do Espírito Santo destacou em 2017 esse avanço no crédito comercial, após os anos de seca no campo.

Cobrando caro dos clientes, os bancos aumentam inclusive o risco do próprio negócio. A recuperação da economia não acelera e o tomador fica espremido entre as margens mais modestas do negócio e as taxas ainda altas dos empréstimos.

No financiamento de veículos, que movimenta um setor que gera bastante emprego, a taxa média em fevereiro estava em 22,5%, pouco abaixo dos 25% do final de 2016. Outro setor que emprega muita gente é o da construção. Os juros do crédito imobiliário, na modalidade “taxas de mercado”, tampouco acompanharam a intensidade com a qual caiu a Selic. Na média, a redução no período foi de apenas um ponto percentual, a taxa saiu de 12,98% em outubro

de 2016 para 11,94%. No PIB, a construção civil encolheu 5% no ano passado e acumula resultados negativos desde 2014.

Uma parte da explicação dos juros altos está na concentração bancária. Caixa, BB, Itaú e Bradesco eram responsáveis por 78,5% das operações de crédito ao final de 2017. Esse é o mesmo nível de 2016. Mas 10 anos antes, em 2007, a participação do quarteto era bem inferior, de 59,3%, pelos dados do BC.

Os bancos dizem que nem só de Selic é feita a taxa de juros e, portanto, não faz sentido querer que a queda dos juros bancários seja na mesma proporção. É verdade. Mas mesmo quando se tenta entender a composição do spread, os juros brasileiros parecem ser o que são: anormais. E desta forma o sistema bancário acaba sendo um freio à retomada, até num período de relaxamento monetário.

## **Reforma Tributária**

### **DCI - 20/04/2018**

#### **Glauco Honório**

Muito se tem falado da necessidade de uma Reforma Tributária. Apontam-se diversos problemas no sistema atual, entre eles, excesso de legislação, complexidade, obrigações acessórias, custo Brasil, guerra fiscal e pacto federativo. E, a partir daí, começam-se a desenhar propostas.

Via de regra, o caminho da grande maioria, é a criação de um IVA – imposto sobre valor agregado, que contemple os atuais impostos sobre comércio e serviços em uma legislação única e que mantenha a arrecadação dos entes federados (governo federal, estados e municípios).

Sem dúvida, temos aí alguns fatores relevantes. Mas seria esta a Reforma Tributária que o Brasil precisa? Não perderíamos uma grande oportunidade de rever realmente o Sistema Tributário Nacional como um todo? Não estaríamos, na pressa de dar respostas políticas, substituindo-a por um “puxadinho”?

Quando se almeja fazer uma reforma, a pergunta inicial deve ser para que serve e o que se pretende com o produto reformado.

O sistema tributário é parte do sistema fiscal - contas do governo em uma análise simplista – e, assim, uma das premissas é servir para custear o governo, mas não a única.

Temos antes que ponderar qual é o Estado que queremos e quais os serviços deve prestar. Na sequência, é necessário apurar qual seria o custo razoável dessa prestação, que deve ser cruzada com o nível de governo que será o responsável por cada serviço, para assim atender a questão da autonomia fiscal dos entes federados.

Depois devemos apontar quem deve pagar a conta, qual parte da sociedade ou os pesos de cada uma.

E, após estas, entre outras premissas, deve-se começar a falar de sistema tributário, onde é avaliada a forma de tributo, sua influência na atividade econômica, o enfrentamento da concentração de renda, a justiça fiscal, a relação dos tributos com o comércio exterior, entre outras.

Estamos num momento histórico, propício à execução de reformas, em que se torna evidente sua necessidade.

E a oportunidade não deve ser perdida! Não seria o caso de, ao invés de solucionar os problemas fazendo o que se considera viável (ou mais fácil) no momento, buscar uma nova arquitetura do Sistema Fiscal e seu braço tributário, com a indicação clara de onde se quer chegar, passando por suas definições, ainda que de forma macro e, a partir do modelo ideal, definir o caminho de transição?

Lembremos do pensamento “Para todo problema complexo existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada” (Henry Louis Mencken). As questões tributárias em nosso país estão muito longe da simplicidade.

Uma solução para a guerra fiscal e uma simplificação para as empresas estão longe de resolver as questões nevrálgicas causadas pelo descaso com que foi tratada ao longo de décadas a questão tributária, que tinha por objetivo único suprir o Estado, sem nunca considerar sua real importância social e econômica.

A aprovação de algo chamado de Reforma Tributária em nosso Congresso Nacional tirará, ao menos em um primeiro momento, o tema da pauta. E dará o problema por solucionado, mesmo sem ter passado sequer pelos fatores apontados inicialmente como, por exemplo, a carga tributária total, considerada um fator imexível, ou seja, o volume total recolhido aos cofres deve ser mantido. Será verdade?

## **UE proíbe compra de 20 frigoríficos do Brasil** **O Estado de S. Paulo - 20/04/2018**

Os Estados-membros da União Europeia decidiram ontem, por unanimidade, descredenciar 20 unidades brasileiras exportadoras de carne, principalmente de ave, para o bloco. Em nota, a Comissão de Saúde e Segurança Alimentar da UE afirmou que a medida foi adotada em função de “deficiências detectadas no sistema de controle oficial brasileiro”. A decisão começará a valer 15 dias após publicação oficial.

Até a noite de ontem, não havia ainda confirmação oficial das empresas envolvidas, mas o Broadcast Agro teve acesso a um rascunho da lista com as prováveis 20 unidades, de nove empresas, que devem sofrer sanções. No rol estão 11 unidades da BRF, mais a sua subsidiária SHB, e oito de cooperativas e agroindústrias: Copacol, Copagrill, Zanchetta, São Salvador, Bello Alimentos, Coopavel, Avenorte Avícola Cianorte e LAR Cooperativa.

Segundo dados da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), a UE representa cerca de 11% da receita de exportações de carne de frango do País, com US\$ 770 milhões ante um total de US\$ 7,1 bilhões em 2017. Nas estimativas do governo, a suspensão corresponde a uma parcela de 30% e 35% do que o Brasil exporta para o mercado europeu, ou US\$ 230 milhões a US\$ 270 milhões anuais.

Impacto. Em visita a Campo Mourão, no Paraná, o ministro da Agricultura Blairo Maggi afirmou que as companhias terão de buscar outros mercados enquanto os procedimentos de reabertura para a UE terão de ser feitos. “Temos um problema que não é o fim do mundo, e as empresas têm capacidade de superar”, disse o ministro. Maggi afirmou que, apesar de o Ministério da Agricultura ser um “órgão regulador”, a Pasta poderá auxiliar as companhias que tiverem dificuldades financeiras. A União Europeia representa cerca de 11% da receita de exportações de carne de frango do Brasil, com US\$ 770 milhões ante um total de US\$ 7,1 bilhões em 2017. com uma intermediação junto a bancos.

O ministro explicou que, após a suspensão, o processo de reabertura recomeça “o mais breve possível”, com a elaboração de um plano de contingência e a solicitação de uma nova missão da UE para auditorias nas plantas suspensas. Técnicos da Pasta calculam que a retomada do mercado demorará mais de um ano.

Maggi confirmou também que o Brasil vai recorrer à Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as tarifas impostas pela UE para que a carne de frango salgada entre no bloco econômico com um rigor sanitário menor. “Estamos sendo penalizados, pois há uma proteção por parte de saúde (com o veto) que a gente põe uma interrogação, e uma proteção de mercado que a gente não quer mais aceitar e quer brigar”, afirmou.

A Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA) afirmou que a suspensão é “infundada”, porque se trata de uma “medida protecionista que não se ampara em riscos sanitários ou de saúde pública”.

Para a superintendente de Relações Internacionais da CNA, Ligia Dutra, o maior perigo é o de outros países aderirem à medida. “O grande impacto seria um efeito cascata, já que exportamos para 160 mercados. A medida da União Europeia afeta a credibilidade do setor e temos que cuidar para reverter isso e manter a confiança do nosso importador.” Ela defende que o Brasil adote medidas semelhantes às praticadas pelos europeus.

Respostas. Em nota, a BRF afirmou que acredita que a decisão da UE “não foi baseada em questões sanitárias, mas pautada em motivações políticas e de proteção de seu mercado local”. Segundo a empresa, a medida “evidencia uma barreira comercial, que não impacta apenas a BRF, mas a balança comercial brasileira”. Como não foi informada oficialmente, a empresa disse que não podia afirmar quais unidades foram contempladas e que vai procurar seus direitos perante os órgãos responsáveis europeus.

Procuradas, Zanchetta e Copagril afirmaram que vão se pronunciar apenas após a confirmação oficial. Avenorte e Coopavel não comentaram. As outras empresas não responderam os pedidos de entrevista.

## **Tensão com EUA faz China acelerar fábricas de chips**

### **Valor Econômico - 20/04/2018**

A China pretende acelerar os planos para desenvolver sua indústria de semicondutores diante do grave conflito comercial com os EUA, cujo veto à venda de produtos americanos à fabricante chinesa de equipamentos de telecomunicações ZTE colocou em evidência como o país asiático ficou dependente da importação de chips.

Altas autoridades chinesas se reuniram nesta semana com representantes da indústria de semicondutores, dos órgãos de supervisão e do poderoso fundo chinês de investimento em chips para discutir a aceleração dos já ambiciosos planos de desenvolvimento do setor, segundo duas fontes.

As negociações evidenciam a preocupação da China com sua dependência em relação aos chips importados, vendidos por empresas como Qualcomm e Intel - ambas americanas. A situação foi agravada pela escalada na disputa entre os dois países, cujo foco agora está nas tecnologias de ponta.

"Nos últimos dias, altas autoridades chinesas se reuniram para discutir planos para acelerar o desenvolvimento da indústria de chips", disse uma das fontes, que não quis ser identificada em razão da delicadeza do assunto.

A China já havia tornado o mercado de semicondutores prioridade em seu plano "Made in China 2025", que almeja reduzir a dependência em relação a tecnologias estrangeiras e criar grandes nomes nacionais na área.

A meta ficou mais premente após a medida dos EUA de proibir a venda de chips e outros produtos para a ZTE ter sacudido a fabricante de celulares.

A outra fonte disse que as autoridades chinesas se reuniram "nesta semana" com representantes de importantes ministérios e do Fundo Nacional de Investimento em Circuitos Integrados para discutir a aceleração dos planos em razão das recentes tensões comerciais.

O Ministério do Comércio e o Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China não responderam de imediato as solicitações por comentários enviadas ontem por fax. O fundo de investimento em circuitos integrados também não retornou os pedidos para comentar o assunto.

A proibição da venda de peças produzidas por firmas americanas para a ZTE, por sete anos, chega depois de ambos países terem ameaçado um ao outro com tarifas de dezenas de bilhões de dólares nas últimas semanas, despertando temores de uma guerra comercial em grande escala.



Washington acusou a ZTE de infringir um acordo, que foi firmado depois de a firma chinesa ter sido flagrada enviando ilegalmente mercadorias ao Irã.

A ZTE usa chips da fabricante americana Qualcomm em 50% a 65% de seus celulares, segundo estimativas, e agora tem de encontrar novos fornecedores para salvar sua produção de smartphones.

O alto grau de dependência assustou os chineses, mas a maioria dos especialistas do setor no país diz que não vai ser fácil ter uma produção de chips na China.

"A China não vai permitir que os EUA usem os chips como uma punição contra ela. A China pode adotar medidas para substituir os chips feitos no exterior por domésticos", destacou o jornal chinês "Global Times". "O governo Trump está ajudando os chineses a tomar essa decisão."

Antes dos novos desdobramentos, a China já almejava ter chips fabricados no país dentro de 40% de todos os smartphones do mercado doméstico até 2025 e previa investir bilhões de dólares em "campeões" nacionais para atingir a meta. O país também tem metas similares em áreas como robótica, veículos elétricos e medicamentos.

Segundo analistas, agora está "chovendo" dinheiro para apoiar a indústria de chips, vindo de Pequim e de fundos estatais. O fundo estatal dos circuitos integrados, conhecido como o "Grande Fundo", levantou em torno de US\$ 32 bilhões em uma nova rodada de financiamento em março.

## **Espanha ultrapassa a estagnada Itália em renda per capita Valor Econômico - 20/04/2018**

Os espanhóis ficaram mais ricos que os italianos - uma indicação animadora do ressurgimento econômico da Espanha, mas um sinal preocupante para a Itália, terceira maior economia da zona do euro, travada num impasse político.

O PIB per capita da Espanha superou o da Itália em 2017, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI) publicados nesta semana e que comparam os países em termos da chamada "paridade de poder de compra" (PPP). O FMI também previu que a Espanha ficará 7% mais rica do que a Itália nos próximos cinco anos. Há uma década, a Itália era 10% mais rica nos mesmos termos comparativos.

Os dados e as previsões mostram as evoluções bastante divergentes de dois países que foram duramente atingidos pela crise econômica da zona do euro na década passada. Enquanto a Espanha é hoje um dos países que mais cresce entre as principais economias da UE, a Itália continua sendo uma retardatária econômica.

Para 2023, a expectativa é de que alguns países do antigo bloco soviético, como a Eslováquia e a República Tcheca, também deverão se tornar mais ricos do que a Itália, segundo previsões do FMI.

"Desde o século XVI, a Itália e a Espanha passam à frente uma da outra - mas agora [os espanhóis] têm algo a mais do que nós", disse Carlo Alberto Carnevale Maffè, professor da Universidade Bocconi, em Milão. "A Espanha tem uma trajetória de crescimento mais robusta e convincente do que a Itália desde pelo menos 2011; então, isso era esperado."

A estagnação italiana é uma das principais causas das divisões políticas cada vez mais antagônicas no país, tendo o eleitorado perdido a fé na capacidade de seus partidos tradicionais de criar empregos e restaurar o crescimento. Partidos anti-establishment e de protesto surgiram como os grandes vencedores das inconclusivas eleições gerais da Itália no mês passado, quando os eleitores abandonaram as forças mais moderadas de centro-esquerda e centro-direita.

O desempenho decepcionante da Itália - e, em particular, o risco quanto à capacidade de honrar sua dívida, a maior da zona do euro depois da Grécia, em relação ao tamanho da economia - também é visto como um dos maiores riscos para a região.

Sem melhoria econômica estrutural, a Itália "continua a representar uma ameaça latente para a área do euro", disse Lieven Noppe, economista sênior do KBC.

O fato de a Espanha ter superado os italianos deve-se mais aos problemas da Itália do que a melhora econômica da Espanha, que só recentemente ganhou fôlego.

Embora a Espanha esteja crescendo mais do que a França, Alemanha e o Reino Unido desde 2015, sua economia está apenas 2% maior que no início de 2008 - uma recuperação mais fraca do que em todas as outras economias da UE, com a exceção da Itália.

Carnevale Maffè disse que a Espanha tem algumas vantagens estruturais, como uma população mais jovem, mas também tem conseguido fazer investimentos públicos mais eficazes do que a Itália, particularmente em infraestrutura, e está mais aberta à inovação e ao investimento estrangeiro.

## **Entre a abertura e o isolamento**

### **Valor Econômico - 20/04/2018**

A despeito de demonstrar disposição para entrar com força na guerra comercial desencadeada pelos EUA, a China teria seu interesse mais bem assegurado pela manutenção do status quo: uma Organização Mundial de Comércio (OMC) funcional, na qual o país ingressou em 2001 e que, desde então, vinha garantindo as bases para a atuação da maior potência exportadora do planeta. "O sistema como é hoje é benéfico para eles, que saem ganhando no comércio

internacional, com regras que os protegem. Para os ganhadores, manter tudo como está interessa", diz um experiente negociador baseado em Genebra. Talvez seja isso o que motive os chineses a empunhar - ao menos, no discurso - a bandeira da globalização, pelo fim do protecionismo, e defender os caminhos legais criados pelo sistema multilateral para promover o que chamam de "comércio justo em que todos saem ganhando".

Enquanto desafiava os americanos com o anúncio de medidas duras em retaliação às novas tarifas de importação criadas por Washington que, se confirmadas, afetarão até US\$ 150 bi em produtos chineses, Pequim avisava que levaria a disputa contra os americanos às instâncias competentes da organização. A uma plateia de centenas de empresários e autoridades, durante o recente Fórum de Boao, "o Davos chinês", o presidente Xi Jinping ressaltou que a humanidade tem uma grande escolha a fazer entre a abertura e o isolamento, o progresso e o retrocesso. "Temos de dispersar as nuvens para ver o sol, como diz o ditado chinês", destacou.

Nesse mesmo discurso, cheio de recados para os americanos, anunciou reformas para facilitar a entrada de investidores estrangeiros na economia do seu país e divulgou medidas que atendem a parte das demandas de Washington, em um gesto que sinaliza para o mundo uma suposta boa vontade de negociar. Em Pequim, porta-vozes garantem que o teor do texto não foi concebido como resposta às medidas anunciadas pelos EUA. Poucos compram essa versão.

"É quase inevitável que vejamos uma mudança substancial do que tem sido chamado de globalização", afirma Michael Pettis

Ao mesmo tempo que o governo chinês informa permanecerem abertas as portas para o diálogo, diplomatas correm contra o relógio em busca de saída de compromisso. Há tarifas americanas que já poderiam incidir sobre as mercadorias chinesas a partir do mês que vem. Embora Donald Trump tenha dito pelo Twitter que "é fácil ganhar uma guerra comercial", Xi repete que essa é uma conta de soma zero em que não há vencedores.

A disputa entre as duas maiores economias do planeta provocaria incertezas nos mercados financeiros. Também pode deixar em suspenso investimentos. O maior temor é o de que se coloque em xeque o sistema multilateral de comércio, costurado por décadas. "Hoje, só a China e os EUA têm como jogar esse jogo pesado. Nem mesmo a União Europeia teria como brigar de igual para igual, tendo em vista o fato de tomar decisões concertadas entre os 27 países e de resistir a desrespeitar cinicamente as suas regras", diz o negociador ouvido pelo Valor.

Para David Dollar, especialista do Centro de China John Thornton da Brookings Institution, os americanos podem minar o sistema econômico global. "Se a OMC não pode resolver disputas, a situação será pior para os pequenos, que estarão à mercê dos grandes", diz o professor, que foi emissário econômico e financeiro do Tesouro americano à China entre 2009 e 2013. Desde que os

americanos anunciaram medidas unilaterais em março contra a China, esta fez o mesmo, embora tenha recorrido à OMC.

Os europeus, por sua vez, desde que os EUA decidiram taxar o aço da China, em fevereiro, passaram a considerar a possibilidade de recorrer a salvaguardas fora das regras da OMC para evitar que os embarques que deixassem de ser destinados ao mercado americano viessem inundar os seus portos.

Não é só o multilateralismo que sairá perdendo, caso se confirme uma guerra comercial. Os consumidores mundo afora devem pagar mais caro pelos produtos sobre os quais incidiram as tarifas mais altas. Os fornecedores de itens primários, partes e peças deverão ser pressionados por descontos para que os produtores compensem o aumento dos tributos sem ter de repassar a diferença integral a seus clientes. A maioria dos produtos que os EUA importam da China têm apenas metade do seu valor agregado fabricado em solo chinês. Ou seja, são mercadorias vendidas à China vindas de outras praças. É o temido efeito cascata. Para Ramon Pardo, especialista do King's College de Londres e da Vrije Universiteit de Bruxelas, boa parte dos fornecedores está no sudeste da Ásia, na Austrália e na América Latina. Muitos são aliados dos americanos.

Para o diretor-executivo do Banco Mundial (Bird), Otaviano Canuto, uma guerra comercial entre as duas maiores economias do mundo pode dar a ilusão de ganhos setoriais específicos temporários e limitados a terceiros. Segundo ele, o Brasil, por exemplo, pode imaginar ser beneficiário de oportunidades de substituição de produtos agroindustriais dos EUA na China. Imagina-se que as vantagens poderiam ser rapidamente identificadas pelos setores de soja, carnes e frutas secas. "Por outro lado, dois fatores jogam contra: ninguém fará investimentos e adaptação de circuitos comerciais se a mudança não for considerada permanente."

Canuto aponta baixa generalizada de todos os setores em escala global. Ao Brasil tampouco interessa que o mundo ao seu redor, sobretudo seus principais parceiros comerciais, registrem uma desaceleração no crescimento. Para o embaixador brasileiro na China, Marcos Caramuru, há ainda outro risco que não deve ser descartado: a eventual estabilidade alcançada por um acordo entre China e EUA pode ter novas bases que prejudiquem o Brasil.

"Não se sabe se essa realidade oferecerá as mesmas condições que hoje. O ponto de partida pode ser outro e implicar uma posição menos favorável ao Brasil", afirma.

Para o economista Michael Pettis, seja o que Washington fizer e Pequim responder, é ingênuo achar que a guerra comercial acabará. "É quase inevitável que vejamos uma mudança substancial do que tem sido chamado de globalização. Os países que querem aumentar a renda da população e diminuir as desigualdades sociais, uma tarefa urgente e necessária para que o mundo volte a crescer de maneira sustentável, vão perceber que o que quer que façam vai minar a sua competitividade e fazer o desemprego aumentar, se não intervierem no comércio e nos fluxos de capital", afirma. "Essa é a razão pela

qual muitos países, e a maioria das democracias, devem terminar por voltar-se contra o livre-comércio. Vão fazer isso para retomar o controle sobre a política doméstica."

## **"É cedo para determinar o futuro das relações comerciais"**

**Valor Econômico - 20/04/2018**

A Organização Mundial do Comércio (OMC) está no centro da atualidade com as tensões entre os EUA e a China. As regras da entidade têm minimizado riscos de guerra comercial, com suas regras. Mas os EUA, precisamente um dos países que mais se beneficiaram do sistema, partem para medidas unilaterais sob Donald Trump.

O diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, estimula as duas maiores economias do mundo a buscarem uma solução para o confronto e trata de discutir o que fazer para não paralisar a entidade. As conversas telefônicas e contatos diretos têm sido frequentes com diferentes autoridades em torno do mundo. Azevêdo publicamente continua a alertar que medidas restritivas como as anunciadas tendem a exacerbar sentimentos nacionalistas e afetar as perspectivas do comércio mundial.

Uma tarefa de Azevêdo agora é evitar o esvaziamento da entidade multilateral, depois de ter conseguido fazer o Acordo de Facilitação de Comércio - o primeiro de peso estabelecido pelos Estados-membros da OMC desde a conclusão da Rodada do Uruguai, há mais de 20 anos - e a proibição imediata de subsídios à exportação de produtos agrícolas pelos países desenvolvidos, 58 anos depois do que ocorreu com produtos industriais. Ele julga que a OMC é vital. E diz que nunca recebeu tanto apoio como agora.

### **Valor: A OMC caminha para a irrelevância, diante do unilateralismo em alta e da crise no Órgão de Apelação da entidade?**

Roberto Azevêdo: Pelo contrário, a OMC é mais importante e mais vital do que nunca. Todos esses atritos que estamos lendo nos jornais estão sendo discutidos na OMC. Os EUA, a China, a União Europeia e outros estão tratando desse assunto em vários pilares da OMC, o que é normal e é como acontece sempre. E é natural que essas tratativas aconteçam também fora da OMC, bilateralmente, em diálogo político. É como queremos que aconteça, na verdade. São pistas paralelas, e ambas funcionam para tentar resolver os problemas.

### **Valor: Mas o fato de a maior economia do mundo desafiar as regras globais e partir para o unilateralismo não é um desafio para a OMC?**

Azevêdo: Eles argumentam que as medidas que estão sendo adotadas são compatíveis com as regras da OMC. Aliás, todos os membros que anunciaram medidas restritivas recentemente alegam que estão em conformidade com a

OMC. A única maneira de determinar se elas são ou não compatíveis com o sistema é no Mecanismo de Solução de Controvérsias.

**Valor: Mecanismo que está sob ameaça de esvaziamento, com a posição dos EUA de bloquear nomeação de juízes no Órgão de Apelação.**

Azevêdo: Vamos ver. Estão em andamento conversas entre os membros da entidade para encontrar solução. Os EUA, até este momento, identificaram áreas em que gostariam de ver mudanças no Mecanismo de Solução de Controvérsias. Os outros membros da OMC têm dito que estão dispostos a conversar e ver quais são as mudanças que seriam desejadas pelos americanos, para ver se efetivamente são coisas que melhoram o sistema. E essas conversas são lentas, difíceis, mas tenho expectativa de que à medida que avancem nós possamos encontrar uma solução.

**Valor: Esse confronto entre os EUA e a China, com visões muito diferentes, poderá moldar o comércio do século XXI? Como?**

Azevêdo: Acho que o século XXI já introduziu muitos elementos novos nas relações comerciais e econômicas internacionais. Alguns deles pela própria forma como os países estão se estruturando do ponto de vista econômico. A China tem suas peculiaridades. Outros têm as suas. A própria estrutura de produção mundial mudou. A estrutura de produção globalizada é uma realidade. Hoje, dois terços do comércio mundial fazem parte dessas cadeias globais. Isso significa que o produto exportado teve pelo menos um componente importado.

**Valor: No caso dos EUA, é muito maior...**

Azevêdo: Sim, bastante, porque são empresas que fazem uso intensivo dessa possibilidade de obter componentes importados mais baratos e de estruturar sua cadeia produtiva usando competitividades específicas de vários países. O produto final pode sair de uma fábrica em território americano ou não. E esse produto acabado pode ter componentes oriundos de 30 a 40 países diferentes. É o caso do setor automotivo, do aeronáutico, do setor de tecnologia da informação. E essa realidade não pode ser ignorada.

**Valor: Agora, num cenário de medida americana e retaliação chinesa, isso vai continuar?**

Azevêdo: Eu tenho encorajado os países a procurarem o diálogo para evitar que medidas unilaterais possam ser respondidas por outras. Até porque não é questão estritamente técnica, tem um componente político. À medida que as tensões aumentam, fica cada vez mais difícil politicamente para os países darem para trás nas medidas que anunciaram ou adotaram. Então é melhor não entrar nessa rota. E ainda temos tempo. A maior parte das medidas anunciadas na imprensa ainda não estão em vigor. Há conversações em andamento, e espero que elas frutifiquem para evitar justamente que entremos por um caminho difícil de reverter.

**Valor: Os EUA estão impondo restrição voluntária às exportações, algo eliminado na Rodada Uruguai. Isso voltou para ficar?**

Azevêdo: Temos que ver o resultado das conversas bilaterais. É muito cedo para determinar o futuro das relações comerciais. Há muitas coisas em jogo, várias alternativas possíveis. As conversas estão em curso e é prematuro neste momento eu especular sobre o formato de entendimentos finais.

**Valor: Qual seria o impacto econômico de uma guerra comercial?**

Azevêdo: Isso dependeria muito da extensão e profundidade dessa guerra. O impacto pode ser menor se as partes não forem muito além do que já foi anunciado, mas pode ser devastador em uma guerra total. Nossos economistas estimaram, por exemplo, que se nós voltássemos às tarifas de importação que prevaleciam antes da criação do Sistema Multilateral no pós-guerra, aproximadamente 60% do comércio mundial desapareceria. A economia mundial teria uma contração de cerca de 2,4%. Isso seria pior que a recessão que vimos com a brutal crise de 2008.

**Valor: A partir do cenário de incertezas, como o senhor vê o sistema multilateral dentro de cinco anos?**

Azevêdo: Toda vez que temos uma situação de crise, de questionamento de um sistema, aparecem oportunidades. Para repensar, refletir sobre como aprimorar o sistema. E essa oportunidade tem que ser aproveitada pelos países-membros, para ver se há um sentimento comum sobre para onde devemos caminhar. É uma conversa difícil. O que um país vê como avanço, outro pode ver como retrocesso. É importante que pelo menos a conversa aconteça.

**Valor: O fórum público da OMC vai discutir como poderá ser o comércio internacional em 2030...**

Azevêdo: O fórum público da OMC, que atrai mais de 3 mil pessoas, entre acadêmicos, empresários, governos, consumidores, vai discutir justamente isso em outubro, porque as mudanças serão fortes. A velocidade da inovação, com as novas tecnologias, e o impacto que terão nas formas de como as relações econômicas se darão dentro do país e entre países serão enormes. Precisamos nos antecipar a essas modificações, porque elas virão. É importante que se tente moldar as transformações de maneira que ajudem na distribuição da riqueza, na redução das assimetrias sociais e na viabilização de pequenos e médios produtores.

**Valor: Grandes negociações, como a Rodada Doha, que demorou 15 anos e fracassou, é coisa do passado?**

Azevêdo: As negociações comerciais sempre foram, são e continuarão sendo muito difíceis. Há uma quantidade enorme de atores econômicos e sensibilidades políticas envolvidas. Cada negociação tem sua dinâmica. As pessoas falam às vezes que, quando uma negociação é muito grande, ela tem

muitas peças envolvidas e portanto fica difícil de ser concluída. Mas às vezes uma negociação, justamente por ser pequena, pode também ser problemática, porque não tem peças de troca suficientes e a barganha não se viabiliza. Não dá para generalizar sobre tamanho de negociação. É preciso determinar caso a caso qual o melhor formato e quais elementos precisam estar sobre a mesa para viabilizar um desfecho positivo.

**Valor: O governo Trump deixa claro num recente documento que não aceitará regras diferenciadas para países que se declaram em desenvolvimento como China, Coreia, Brasil. Como isso ficará na OMC?**

Azevêdo: Há duas vertentes nessa discussão. Uma procura rever a classificação de países. Hoje é o próprio país que se autodesigna país desenvolvido ou em desenvolvimento. E alguns acham que isso não pode continuar e que é preciso ter uma forma mais objetiva para determinar quem é desenvolvido ou em desenvolvimento. Esse tipo de reclassificação é complicada. É difícil quantificar o desenvolvimento e desenvolver uma metodologia muito objetiva e "numérica". Os países podem ter certas peculiaridades de país desenvolvido e outras de país em desenvolvimento. Isso sem falar da altíssima sensibilidade política inevitável em um exercício desse tipo. Os que consideram essa reclassificação inviável têm sugerido uma abordagem um pouco mais flexível. E um exemplo típico que é dado é o Acordo de Facilitação de Comércio da OMC, em que cada país determina a velocidade pela qual pode avançar nos seus compromissos, quais pode assumir imediatamente, quais [compromissos] precisam de mais tempo e quais precisam de assistência técnica. Os países mais avançados do mundo em desenvolvimento são mais cobrados em acordos desse tipo. Os outros parceiros dizem que esses países não podem ter tantas flexibilidades, mas são mais compreensivos em relação a países menores e mais vulneráveis e que efetivamente têm mais dificuldades. Com certeza existem outras formas de flexibilidade, mais pragmáticas, que podem evitar a necessidade de uma reclassificação automática, sempre complicada e sensível, de país desenvolvido ou em desenvolvimento.

**Valor: No caso do Brasil, de renda média, terá menos flexibilidade nos compromissos em futuras negociações?**

Azevêdo: O Brasil se autodesigna um país em desenvolvimento e se beneficiará de qualquer tratamento especial e diferenciado que se aplique a país em desenvolvimento. Mas é possível que os futuros acordos da OMC não deem um tratamento completamente horizontal para todos os países em desenvolvimento e haja uma certa diferenciação pragmática no resultado do acordo. E aí o Brasil teria que negociar com os outros que tipo de compromisso estaria pronto a assumir ou não.

**Valor: Uma das poucas tentativas de negociações em curso na OMC é sobre comércio eletrônico. Isso refletirá mudança de estrutura no comércio?**



Azevêdo: Do ponto de vista global, o que é evidente é que haverá crescimento muito forte das relações de comércio transfronteiriço de empresa para o consumidor diretamente. Passando dos grandes volumes em contêineres para os pequenos pacotes. Essa é uma grande mudança estrutural. A expressiva maioria do comércio eletrônico que existe hoje é de empresa para empresa. Uma parte pequena é empresa-consumidor e uma parte ainda menor é empresa-consumidor atravessando a fronteira, ou seja, a maior parte é no mercado interno. E o potencial de crescimento desse eixo empresaconsumidor atravessando a fronteira é gigantesco.

O mundo comercial, as regras comerciais, as próprias estruturas de logística e de tratamento alfandegário não estão preparados para essa transformação. A conversa que está começando na OMC vai identificar desafios que se colocam com essa transformação estrutural e tentará apontar para soluções que facilitem as transações, sobretudo para que a pequena e média empresa, ou PME, participe mais do comércio internacional. Em muitos países em desenvolvimento, as PMEs podem representar até 90% da mão de obra do país.

## **Globalização sob ameaça**

### **Valor Econômico - 20/04/2018**

No grande átrio com teto de vidro no prédio central da Organização Mundial do Comércio (OMC), onde delegados dos 164 países-membros se cruzam todo dia para reuniões sobre os mais diversos temas, a preocupação hoje é uma só: risco de guerra comercial entre os EUA e a China, ameaças ao sistema multilateral e à economia global.

A imposição de restrições às importações pelos EUA para tratar de problema comercial internacional não é sem precedentes. Mas as atuais ações unilaterais do presidente Donald Trump marginalizam, como nunca antes, o sistema multilateral baseado no respeito a regras e responsabilidades comuns em resolver hostilidades entre os parceiros.

O confronto entre Washington e Pequim vai bem além de tarifas e é sobre o controle de indústrias avançadas e tecnologias como biofarma, robótica, inteligência artificial, veículos elétricos e nova geração de telecomunicações. O governo Trump considera que as regras da OMC não "pegam" práticas chinesas que julga desleais com a indústria americana. "A batalha com a China sobre questões tecnológicas está próxima", diz Gary Hufbauer, um dos maiores especialistas em comércio, do Peterson Institute e ex-subsecretário-assistente do Tesouro para questões de comércio internacional (1977-79).

Como Hufbauer, analistas concordam que essa é a maior crise que o sistema comercial mundial enfrenta desde sua criação, em 1947, após o fim da Segunda Guerra. Alan Wolff, vice-diretor geral da OMC indicado pelo governo Trump, julga que o sistema promovido pela OMC vai agora ser testado como nunca antes, não pode mais ser dado como garantido, e que a situação é grave.

Trump fez campanha prometendo rasgar os acordos internacionais assinados pelos EUA nos últimos 50 anos, incluindo a ameaça de sair da OMC. Eleito, manteve o tom nacionalista ilustrado pelo "America first" no comércio e nas relações internacionais.

Conforme diferentes relatos na cena comercial, pouco tempo depois da eleição de Trump, o diretor-geral da OMC, Roberto Azevêdo, foi a Washington para contatos com congressistas e executivos. Mas só teve encontro com Robert Lighthizer quando ele assumiu o cargo de novo representante comercial dos EUA (USTR). Em sua primeira visita a Washington para conversar com o novo governo, Azevêdo ouviu avaliações sobre o comércio diferentes dos interlocutores. O secretário do Tesouro dos EUA, Steven Mnuchin, indagou como um país faria para abandonar a OMC. Wilbur Ross, secretário de Comércio, o mais próximo da retórica de Trump, reclamou do "problema China", insistiu que traria empresas de volta para os EUA e que o governo colocaria mais foco em negociações bilaterais que na OMC, por considerá-las mais rápidas. Já com Lighthizer, a conversa não teve nada disso, conforme essas fontes. O representante comercial de Trump reiterou que a OMC era importante, mas que precisava passar por reformas.

Para os EUA, o sistema multilateral comercial que vem de 1947 tem regras que dão tratamento melhor para a China. O sistema tinha regras para as economias de mercado e para as "economias em transição", os países comunistas aceitos na entidade da liberalização global. Mas a entrada da China em 2001 introduziu na OMC um país diferente. Pequim acumulava perfis tanto de economia centralizada, setor privado muito alinhado com as decisões do governo, subsídios enormes para campeões nacionais, como, ao mesmo tempo, introduzia competição no mercado, reduziu tarifas de importação, incentivou a entrada de investimentos estrangeiros.

Os EUA, passando por democratas e republicanos, há muito reclamam que as regras da OMC não cobrem certas práticas chinesas, como forçar contratos privados de empresa estrangeira com sócio local, de forma que os chineses absorvem a tecnologia do parceiro, por exemplo. Para Washington, 17 anos depois de entrar para a OMC, o que a China fez foi se afastar de princípios da economia de mercado. E que Pequim pode se desenvolver como bem entender, mas os EUA têm o direito de proteger seus interesses. A diferença na Casa Branca, agora, é que Trump impõe sua tática truculenta que vem do setor imobiliário, ameaçando de entrada a expectativa de o parceiro sentar para negociar.

As tensões comerciais entre os EUA, o maior importador mundial, e a China, o maior exportador, permaneceram no nível da retórica por algum tempo, até porque Trump queria o apoio da China contra a Coreia do Norte. No mês passado ele anunciou medida unilateral, ignorando a prática dos últimos 24 anos em que as disputas comerciais foram resolvidas com o uso das regras da OMC. Inicialmente, usando uma lei interna, Trump anunciou imposição de sobretaxas de 25% nas importações de aço e de 10% nas de alumínio, sob argumento de segurança nacional - o que é desmentido pelos próprios dados do governo americano.

Quando essa medida ainda estava sendo digerida na cena internacional, Trump anunciou sobretarifas sobre US\$ 50 bilhões de importações originárias da China em reação ao que chamou de roubo de propriedade intelectual de empresas americanas. Pequim reagiu na mesma moeda, na base do "olho por olho". Anunciou retaliação a produtos de bases eleitorais de Trump. A China é o mercado número 1 para produtores agrícolas dos EUA, principalmente para carne suína, soja e milho.

A reação chinesa levou Trump a ameaçar impor sobretaxas adicionais contra US\$ 150 bilhões de produtos vindos da China. Além disso, ele cobra dos chineses que cortem US\$ 100 bilhões do superávit que têm com os EUA. Para Leighthizer, as medidas contra a China visam em particular a preservar as tecnologias de ponta, "provavelmente a parte mais essencial de nossa economia" e cuja importância julga ser sem igual no mundo. Para analistas, a crise atual focada em tecnologia reflete uma angústia com a força da economia da China, que está a caminho de superar a americana. Pequim lançou em 2015 seu "Made in China 2025", programa para desenvolver campeões nacionais para concorrer no mercado global em tecnologia de ponta. Para isso, fornece subsídios para indústrias locais e as protege da competição e pressão de companhias estrangeiras. O plano inclui produzir 70% de componentes e materiais localmente e estabelecer 40 centros de inovação até 2025. Isso passa pelo estímulo governamental à aquisição de rivais da tecnologia nos EUA e na Europa.

Esse esforço é considerado crucial por Pequim para as áreas econômica e militar. A expansão da pesquisa e o desenvolvimento no país são enormes. A China superou o Japão como segundo país a mais registrar patentes, com 13,4% de crescimento anual no ano passado. Se esse ritmo for mantido, os chineses vão logo ultrapassar os EUA. Em 2017, os EUA fizeram 56.624 pedidos de registro de patentes, a China, 48.882 e o Japão, 48.208.

Alan Wolff, vice-diretor-geral da OMC, destacou no Fundo Monetário Internacional (FMI) que os problemas no comércio se formam gradualmente. No caso do aço, o excesso de investimentos na capacidade siderúrgica global provocou restrições comerciais de forma frequente nos últimos 50 anos. O número de medidas de defesa comercial tem sido enorme.

Em março de 2002, os exportadores, incluindo o Brasil, fizeram uma coalizão para reagir à medida do então presidente dos EUA, George W. Bush, de sobretaxa de 30% contra tipos de aço importado para ajudar a siderurgia americana. Houve alta quase imediata do preço da commodity, que chegou a 70% em certo momento, e cerca de 200 mil desempregados a mais na indústria. Bush teve que retirar a sobretaxa 16 meses antes do prazo de três anos, depois que a OMC considerou a medida ilegal e a Europa ameaçou retaliar produtos americanos.

Em 1983-85, durante a administração Reagan, os EUA impuseram restrições bilaterais à exportação de países que desejavam evitar a imposição de sobretaxas no mercado americano. Em 1987, Reagan aplicou tarifa de 100%

sobre US\$ 300 milhões de importações procedentes do Japão, alegando falta de acesso ao mercado japonês para semicondutores estrangeiros. Essa tarifa foi suspensa quando o Japão se dobrou à pressão de Washington e abriu seu mercado.

A maior ação comercial tomada por qualquer governo dos EUA nos tempos modernos, como nota Wolff, ocorreu com a imposição pelo presidente Richard Nixon, em 1971, de sobretaxa de 10% nas importações de todos os países, com exceção de nações em desenvolvimento que mantiveram algumas entradas livres de alíquotas. Nixon argumentou que a medida era necessária por razões de balança de pagamentos, escape que não existia nas regras do então Acordo Geral de Tarifas e Comércio para frear importações. Em meio a reclamações, a medida foi suspensa, quando um acordo resolveu o problema de balança de pagamentos com a desvalorização do dólar. Pouco depois, os EUA declararam o fim da fixação do valor de sua moeda no padrão-ouro e a entrada do sistema de flutuação do câmbio.

Na ocasião do aumento da tarifa, Nixon exigiu de países europeus, Japão e Canadá, os principais parceiros, concessões comerciais unilaterais, o que não conseguiu. Já Trump, no momento, está vencendo sua aposta. Quebrou a eventualidade de coalizão internacional com a promessa de isentar da sobretaxa do aço a União Europeia (UE), Canadá, México, Brasil, Coreia do Sul e Austrália, em troca de concessões.

Ao mesmo tempo, passa como um rolo compressor sobre as regras internacionais. Seu governo reativa a chamada "restrição voluntária às exportações", que é expressamente proibido pelo Acordo de Salvaguardas da OMC, conforme acertado na Rodada Uruguai (1986-1994).

Impacto das medidas anunciadas, se implementadas, seria de -0,1% do PIB mundial; se confronto continuar, o efeito pode ser devastador

Também atropelando o sistema multilateral, Trump anunciou que em breve vai impor "taxas de reciprocidade", para ter as mesmas tarifas de importação que os parceiros aplicam contra os EUA. Ou seja, se a UE aplica alíquota de 10% sobre os carros americanos, os EUA não aplicariam mais a alíquota de 2,5% e, sim, de 10% também. No caso dos carros importados da China, a tarifa deveria ser de 25% e do Brasil, de 35% e não os 2,5% negociados pelos EUA na OMC.

Essa dita reciprocidade atinge em cheio a Cláusula da Nação mais Favorecida, o princípio da não discriminação, uma das bases da OMC. Por essa cláusula, todas as vantagens e privilégios acordados a um membro da OMC devem ser estendidos a todos os demais membros da organização, imediatamente e sem imposição de condições. Reverter o sistema para reciprocidade, se realmente implementado, quebrará o sistema comercial, com aplicação seletiva de tarifa por países usando seu poder econômico sobre os parceiros.

Ainda na linha de marginalização da OMC, o governo Trump continua a bloquear a nomeação de juízes do Órgão de Apelação, espécie de corte suprema do comércio internacional. É uma situação explosiva. Se o Órgão de

Apelação ficar totalmente paralisado e não puder tomar decisões, pode ocorrer de um país vencedor de uma disputa na fase inicial de painel (comitê de especialistas) decidir retaliar o outro beligerante e este, por sua vez, fazer o mesmo, agravando as tensões no comércio internacional.

Sem política real, já que dá reviravoltas, e parecendo mais agir como chefe de "reality show", Trump, ao mesmo tempo em que toma gosto por unilateralismo, também usa a própria OMC contra a China - como os chineses fazem contra os EUA. Os dois abriram denúncia na OMC, um contra o outro, sob acusação de violar as regras internacionais.

Trump não parece disposto a tirar os EUA da OMC, e sim insistir na reforma da entidade, que precisará ser negociada com os parceiros. Despachou enfim a Genebra o novo embaixador americano, Denis Shea, um republicano conhecido por duras críticas contra a política comercial chinesa. Conforme fontes na cena comercial, o diretor da OMC, Roberto Azevêdo, passou parte dos contatos com a administração Trump explicando o funcionamento da entidade, os ganhos proporcionados nos últimos tempos, como acordos de facilitação de comércio e de liberalização ampliada pelo Acordo de Tecnologia da Informação.

Os parceiros, preocupados com a ação unilateral americana, avisaram Washington que estão dispostos a conversar sobre as reformas que os EUA querem no sistema multilateral. "O mar não está para peixe", diz um importante embaixador. O ambiente está longe do chamado "win-win" (todos ganham) para países e mais para "win-lose" (ganha-perde), se não "lose-lose" (todos perdem).

Azevêdo sempre foi informado com antecedência das medidas restritivas que os países anunciariam em seguida. Alertou os americanos que a China não ficaria de braços cruzados e uma escalada seria o pior dos mundos para a economia global. Segundo relatos, Azevêdo tem sido uma espécie de mediador entre os dois lados, que visivelmente não se entendem.

O governo Trump quer arrancar metas precisas dos chineses sobre redução do excesso de capacidade na produção de aço, abertura para bancos americanos e eliminação de exigências de transferência de tecnologia, por exemplo. Já os chineses têm dúvidas se os EUA vão respeitar entendimentos ou continuar endurecendo, até por jogada eleitoral. Pequim teme fazer concessões que Trump embolse, cante vitória, mas não dê a contrapartida. O presidente da China, Xi Jinping, que procura aparecer como um campeão do livre-comércio e da ordem mundial, prometeu facilitar a abertura do mercado chinês - mas para os países que seguem as regras comerciais internacionais.

A obsessão de Trump é reduzir o déficit comercial dos EUA, com medidas unilaterais como a sobretaxa no aço importado. Para analistas, não tem como isso dar certo. "A sobretaxa de Trump só substituirá uma fonte de importação dos EUA por outra", diz Barry Eichengreen, professor de economia da Universidade da Califórnia (Berkeley).

O impacto econômico direto de medidas anunciadas, se realmente implementadas, seria limitado a -0,1% do PIB mundial, segundo o banco UBS. Se o confronto continuar, o efeito pode ser devastador.

## **FMI vê pouco impacto de atrito de EUA e China no crescimento global**

**Valor Econômico - 20/04/2018**

Em um momento de "guerra comercial declarada" por Donald Trump, presidente americano, à China, a diretora-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Christine Lagarde, minimizou ontem em Washington, os impactos negativos deste tipo de disputa na economia global. Em uma entrevista no encontro anual de primavera do Fundo, Lagarde alertou, contudo, que esta situação pode ter um impacto negativo na confiança econômica e, no longo prazo, nos investimentos, que podem sofrer em uma realidade sem regras pré-definidas e estáveis.

"Em termos do impacto das tensões comerciais, as ameaças ao crescimento global, e o impacto real sobre o crescimento não é muito substancial quando se mede em termos de PIB. Estamos falando de decimais na maioria dos casos. O que é mais importante é algo que é difícil de medir no curto prazo, e isso tem a ver com a erosão da confiança", explicou Lagarde ao responder pergunta sobre a guerra comercial iniciada pelos Estados Unidos contra, principalmente, os produtos chineses.

Esse contexto de conflitos comerciais e a volatilidade do mercado financeiro podem, segundo a diretora-geral do FMI, repercutir negativamente para além dos próximos trimestres. Conflitos comerciais que ainda não repercutiram nas projeções do Fundo, que concluiu que o momento atual de maior crescimento na economia em vários países continua forte, levando a expectativa de expansão de 3,9% neste ano.

Para sustentar a recuperação do crescimento em vários países "os formuladores de políticas precisam melhorar a resiliência do setor financeiro". Lagarde acrescentou que seria importante "começar a reconstruir o espaço político e a implementar reformas estruturais, inclusive sobre corrupção e governança".

As declarações foram feitas na primeira reunião geral do FMI após os atritos entre os Estados Unidos e a China na área do comércio exterior. "Alguns governos estão atuando bem para recuperar o crescimento. Outros nem tanto", disse ela sem mencionar quais seriam esses países. Na visão da líder do FMI, o ideal seria que os países trabalhassem juntos para se ajudar.

Ainda de acordo com ela, as nações devem trabalhar para promover um sistema mais aberto de comércio multilateral. Esse sistema deve ser baseado em regras que funcionem para os vários países. "Uma abordagem cooperativa à regulamentação colherá os benefícios da tecnologia financeira ao mesmo tempo em que eles enfrentam [juntos] os riscos para a estabilidade e a integridade", afirmou Lagarde.

Durante as análises sobre o mercado econômico, apresentadas durante a reunião com técnicos de vários países nesta semana, o FMI destacou que, se os conflitos comerciais aumentarem, isso poderia ameaçar não apenas a recuperação no comércio, mas os investimentos globais.

Outro problema citado pelo Fundo é a aplicação lenta de reformas em países que estão enfrentando o envelhecimento da população. Isso estaria ocorrendo em várias nações com economias avançadas. Já nos países de economias emergentes o principal desafio seria a recuperação de rendas de maneira convergente. "O crescimento também precisa se tornar mais abrangente à medida que as disparidades de renda se ampliam", ressaltou.